

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TIAGO OLIVEIRA NICOLOSO

**“OS SABERES TRADICIONAIS E O MODO DE VIDA CAMPONÊS COMO
ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA NOVA FORMA DE
ORGANIZAÇÃO CAMPONESA: O EXEMPLO DE NOVA PÁDUA/RS”.**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito para
a obtenção do Título de Mestre em
Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

PORTO ALEGRE

2006

Dedico esta dissertação
à minha família
(Pai, Mãe, Carol, Mica e Ane)
e a todos àqueles que
de alguma forma
me auxiliaram na conclusão
de mais esta etapa
da minha formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, não poderia deixar de prestar meus sinceros agradecimentos à UFRGS através do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo excelente espaço de debate que possibilitou meu crescimento pessoal e acadêmico.

Quero agradecer aos meus colegas e amigos pelo carinho que me dedicaram ao longo de todos os anos em que estivemos juntos dentro da UFRGS lutando por um mundo melhor. Em especial aos companheiros de guerra do Programa de Educação Tutorial – PET/GEA, incansáveis na hora de defender os interesses da comunidade acadêmica e profissional da Geografia. Para os velhos petianos Felipe, Alex, Judeci e Mousquer meu mais sincero agradecimento.

Aos mais que colegas e amigos, Zé (o Saraiva), Luiz (o Franja), Michele (a Marechal), Zica e Leandro, serei eternamente grato a vocês.

Aos mui amados Rodrigo e Malvina meu eterno respeito e admiração. Obrigado pelo carinho e pela confiança. Jamais terei condições de retribuir a altura tudo o que vocês fizeram por mim.

Um beijo carinhoso para a Gilka, a Dani, a Thays, o Lucas e a Thayná pelo apoio incondicional que me deram em vários momentos difíceis ao longo desta trajetória. Amo muito vocês.

Aos mestres, meus mais sinceros agradecimentos na certeza de que o conhecimento que adquirimos e que construímos juntos será sempre utilizado na minha vida profissional e cotidiana.

Com muito carinho agradeço do fundo do meu coração à pessoa responsável pela orientação deste trabalho. Na verdade, uma pessoa que vai além de suas atribuições como professora. Uma pessoa que busca auxiliar a todos de forma dedicada e muito competente. À Professora Rosa Maria Vieira Medeiros

minha eterna gratidão. Obrigado pelo carinho e pelo apoio durante todos estes anos de convivência quase que diária, tanto na primeira quanto nesta segunda etapa da minha formação. Devo muito a ti e à tua família. Beijo carinhoso aos queridos Antônio, Aline, Cris (minha amirida e conselheira espiritual), Raphael, Rebeca e Raphaela. Obrigado por tudo.

Aos amigos espalhados pelo mundo além do meu obrigado fica aqui registrada minha saudade: Blandine, Guillaume e David (França), Sebastian (Alemanha), Roberto e Marcelo (Minas Gerais), Anna Érika (Ceará), Bem-Hur (Amazonas), Grabois e Carminha (Rio de Janeiro), Vera e Flávia (Santa Catarina).

Obrigado também aos colegas de pós Jefferson, Christiane e Ivanira pelo apoio teórico e pela amizade.

Não poderia deixar de expressar meus mais sinceros agradecimentos à comunidade de Nova Pádua por me permitirem vivenciar uma experiência de fundamental importância para mim. Obrigado pela acolhida, pelo apoio e pelo carinho que dedicaram a mim. Este trabalho também é de vocês.

E por fim, obrigado mãe, obrigado pai, Mica, Carol e Ane pelo amor, apoio e paciência. Esta conquista é nossa. Amo muito vocês

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a importância dos saberes tradicionais e do modo de vida camponês como elementos para a compreensão de uma nova forma de organização camponesa a partir do exemplo de Nova Pádua/RS. Para tanto, é fundamental buscar no processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, na história de formação de Nova Pádua, os fatores que permitem compreender os vínculos culturais com a Itália manifestos ainda hoje de forma tão intensa. Da mesma forma, a abordagem da questão camponesa permite a compreensão das relações entre a família, o trabalho e a terra no sentido de identificar um tipo particular de campesinato fortemente ligado às tradições. Como conseqüência desse processo a questão produtiva e a articulação econômica, como estratégias de desenvolvimento socioeconômico, se mostram fortemente relacionadas à manutenção e à reprodução da identidade baseada em valores e estruturas locais. No entanto, para melhor visualizar a dimensão dos efeitos gerados por esse processo histórico e produtivo a questão regional possibilita indicar e analisar os elementos de ordem simbólica que permitiram a consolidação de uma condição regional que representa e que referenda espacialmente o resultado da valorização dos saberes tradicionais e do modo de vida camponês. No caso de Nova Pádua, o que confere esta condição regional própria está baseado em símbolos que estão presentes na forma de conviver, na forma de trabalhar, na forma de produzir e na forma de se reconhecer como um diferente, mas que vem a contribuir de forma significativa, mesmo que restritivamente, para a compreensão da diversidade do atual contexto agrário brasileiro.

Palavras-chave: saberes tradicionais – modo de vida camponês – percepção regional.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche analyser l'importance des savoirs traditionnels et de la manière de vie paysanne comme des éléments pour la compréhension d'une nouvelle façon d'organisation paysanne à partir de l'exemple de Nova Pádua/RS. Pour cela, il faut chercher dans le processus de colonisation italienne au Rio Grande do Sul et, par conséquence, dans l'histoire de formation de Nova Pádua, les facteurs que permettent de comprendre les rapports culturels avec l'Italie que se manifestent même aujourd'hui de façon très intense. De la même façon, travailler sur la question paysanne permet la compréhension des relations entre la famille, le travail et la terre dans le sens d'identifier un type particulier de paysannat fortement lié aux traditions. Comme conséquence de ce processus la question productive et l'articulation économique, comme des stratégies de développement socioéconomique, se montre fortement liées à la manutention et à la reproduction de l'identité basée en valeurs et en structures locales. Cependant, pour mieux visualiser la dimension des effets gérés par ce processus historique et productif la question régionale permet indiquer et analyser les éléments symboliques qui ont permis la consolidation d'une condition régionale que représente et que réaffirme travers l'espace le résultat de la valorisation des savoirs traditionnels et de la manière de vie paysanne. Dans le cas de Nova Pádua, ce que confère cette condition régionale particulière est basée en symboles que sont présentes à la manière de cohabiter, de travailler, de produire et de se reconnaître comme un différent, mais que vient contribuer significativement, même que particulièrement, pour la compréhension de la diversité de l'actuel contexte agraire brésilien.

Mots-clé : savoirs traditionnels – manière de vie paysanne – perception régionale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Antiga casa em madeira no interior de Nova Pádua.....	24
Figura 2 – Planta da distribuição dos lotes a serem ocupados pelos imigrantes italianos – Freguesia de Nova Pádua / 1894.....	26
Figura 3 – Localização de Nova Pádua no contexto do Rio Grande do Sul e do COREDE Serra.....	31
Figura 4 – O município de Nova Pádua e a configuração atual dos travessões.....	32
Figura 5 – Trabalhador temporário limpando o alho colhido.....	52
Figura 6 – Imagem de uma propriedade de Nova Pádua.....	55
Figura 7 – Mapa do parcelamento de terras do município de Flores da Cunha.	56
Figura 8 – Imagem destacando a topografia predominante em Nova Pádua....	62
Figura 9 – A topografia como limitante da atividade produtiva.....	63
Figura 10 – Sistema tradicional de cultivo de uvas – “Latada”.....	71
Figura 11 – Sistema mais moderno – “Y, Cerca ou Espaldeira”.....	72
Figura 12 – Sistema tradicional adaptado – “Poda Verde”.....	73
Figura 13 – Antigas pipas de madeira para o armazenamento do vinho.....	76
Figura 14 – Novas “pipas” de aço inoxidável para a fermentação das uvas.....	77
Figura 15 – Plantação de alho.....	78
Figura 16 – Criação de gado leiteiro em sistema de semi-confinamento.	80
Figura 17 – Pomares 1.....	82
Figura 18 – Pomares 2.....	83
Figura 19 – Dinâmica produtiva de Nova Pádua.....	86
Figura 20 – Diversificação produtiva.....	88
Figura 21 – Parreiral e cemitério.....	92
Figura 22 – Divisão regional do Rio Grande do Sul segundo a distribuição dos COREDEs.....	97
Figura 23 – Quais municípios fazem parte região de Nova Pádua.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média do número de irmãos incluindo os entrevistados.....	44
Tabela 2 – Proporção entre o tamanho da propriedade e a área utilizada.....	60
Tabela 3 – Levantamento da produção anual de Uva.....	75
Tabela 4 – Levantamento da produção anual de Alho.....	79
Tabela 5 – Levantamento da produção anual de Pêssego.....	84
Tabela 6 – Levantamento da produção anual de Pêra.....	84
Tabela 7 – COREDEs – Índice geral do IDESE – 2002.....	98
Tabela 8 – Levantamento da produção anual de Cebola.....	121
Tabela 9 – Levantamento da produção anual de Tomate.....	121
Tabela 10 – Levantamento da produção anual de Pimentão.....	122
Tabela 11 – Levantamento da produção anual de Chuchu.....	122
Tabela 12 – Levantamento da produção anual de Ameixa.....	123
Tabela 13 – Levantamento da produção anual de Caqui.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Você se considera um camponês, um colono ou um agricultor familiar.....	34
Gráfico 2 – Existe alguma diferença?.....	35
Gráfico 3 – O que você considera mais importante: terra, trabalho ou família?...	40
Gráfico 4 – População de Nova Pádua por faixa etária e sexo.....	45
Gráfico 5 – Evolução da expansão das áreas de cultivo em Nova Pádua no período de 1993/2001.....	68
Gráfico 6 – Comparação entre a área total cultivada em ha ao ano e as toneladas totais produzidas ao ano.....	70
Gráfico 7 – Porcentagem da área cultivada com uvas em relação à área total do município.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL	17
1.1 A SITUAÇÃO ITALIANA NO SÉCULO XIX.....	17
1.2 A COLONIZAÇÃO ITALIANA NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL:	20
1.3 A FORMAÇÃO DE NOVA PÁDUA.....	23
2. A QUESTÃO CAMPONESA.....	31
2.1 A FAMÍLIA E O TRABALHO.....	44
2.2 A TERRA E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	54
3. PRODUÇÃO E ARTICULAÇÃO ECONÔMICA.....	65
3.1 A QUESTÃO PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.	65
3.2 ARTICULAÇÃO E DINÂMICA ESPACIAL.....	73
3.3 A QUESTÃO PRODUTIVA E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO E NA REPRODUÇÃO DA IDENTIDADE.....	90
4. A QUESTÃO REGIONAL	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICES.....	120

INTRODUÇÃO

No conjunto das temáticas que a Geografia tem abordado ultimamente a questão camponesa, sobretudo para a Geografia Agrária, tem merecido importante destaque, no sentido de ser esta temática a geradora de debates teóricos/metodológicos tão variados quanto os significados que esta categoria representa.

Atualmente, tenho observado uma certa tendência de compartimentação das análises que dizem respeito à questão agrária brasileira. De um lado está o agronegócio e o mercado, de outro está o campesinato, não havendo, até então, possibilidade de se colocar uma categoria que seja representativa de uma transição entre as duas. Digo isso pois os que defendem essa compartimentação sustentam suas argumentações no fato de que a inserção no mercado já é por si só um fator que descaracteriza a condição camponesa e, logo, os coloca em pé de igualdade aos integrantes do chamado agronegócio. Sendo assim, o camponês que de alguma forma está integrado ao mercado passa à condição de agricultor familiar como se isso fosse motivo suficiente para tal mudança.

A justificativa.

No ano de 2000 tive a oportunidade de conhecer o município de Nova Pádua. Na ocasião, era aluno de graduação e estava em trabalho de campo da disciplina de Geografia Agrária. Nosso objetivo era o de estabelecer uma análise comparativa entre duas situações bastante distintas: a de um assentamento de reforma agrária e a de uma comunidade perfeitamente consolidada de agricultores de origem italiana.

Desde o princípio algumas diferenças, principalmente de infra-estrutura, eram visivelmente perceptíveis. No entanto, na medida em que conversávamos com esses agricultores, que ouvíamos os relatos da história das famílias que naquelas

terras se instalaram, percebíamos que, no que se tratava ao conceito de campesinato, pouca coisa havia de diferente. Em Nova Pádua deparamo-nos com uma situação que nos pareceu completamente isolada. A estrutura fundiária do município apresentava uma significativa homogeneidade, todos dispunham de excelentes condições de moradia e trabalho, a qualidade de vida de seus habitantes estava muito acima da média estadual, enfim, parecia que estávamos diante de um cenário que não correspondia à idéia que fazíamos de uma comunidade de agricultores. E mais, sabíamos de ante-mão que a configuração regional na qual Nova Pádua estava inserida se apresentava como um diferencial importante a ser considerado.

Muitos questionamentos surgiram a partir desse primeiro contato, sobretudo, quanto ao fato de a inserção no mercado ter ou não o poder de promover um distanciamento entre o que eram esses agricultores e a forma pela qual eles poderiam ser classificados. Foi então que a seguinte pergunta se apresentou: Se todos ao se integrarem ao mercado estão sujeitos às mesmas regras, são controlados pela mesma racionalidade, o que torna alguns grupos tão diferentes dos outros? Neste momento, surgiu a proposta de analisar esta realidade.

Desde então, as visitas ao município aconteciam pelo menos duas vezes ao ano e desse contato tão intenso resultou meu trabalho de graduação no ano de 2004.

A partir deste momento venho buscando analisar as condições que fazem deste município um lugar tão singular e onde é possível buscar elementos que contribuam para uma compreensão mais ampla da diversidade indissociável ao conceito de campesinato.

O presente trabalho e seus objetivos.

Na medida em que fui buscando um meio mais adequado de estruturar o presente trabalho, fui, ao mesmo tempo, chegando à conclusão de que para entender determinada situação era preciso buscar os elementos que permitiram sua consolidação. Ou seja, buscar na história de formação dessa comunidade, nos valores que condicionaram sua relação com a terra, com o trabalho e com a família, as explicações para tantos questionamentos.

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar a importância dos saberes tradicionais e do modo de vida camponês como elementos para a compreensão de

uma nova forma de organização camponesa a partir do exemplo de Nova Pádua/RS. Para tanto o mesmo apresenta a seguinte estrutura:

✓O capítulo 1 aborda a imigração italiana no Rio Grande do Sul buscando, dessa forma, compreender a situação da Itália no século XIX; a decorrente colonização na província do Rio Grande do Sul e a formação do município de Nova Pádua. O objetivo desse capítulo não é o de fazer simplesmente uma síntese da história da colonização italiana no Rio Grande do Sul, mas sim buscar nesse período os fatores que permitissem compreender os vínculos culturais com a Itália manifestos ainda hoje de forma tão intensa;

✓O capítulo 2 aborda a questão camponesa no sentido de compreender a importância das relações da família e do trabalho com a terra e a estrutura fundiária. Este capítulo objetiva analisar a compreensão estabelecida pelos agricultores de Nova Pádua sobre sua própria condição possibilitando, dessa forma, caracterizar um tipo particular de campesinato e os elementos que o permitem serem considerados como tal;

✓O capítulo 3 aborda a questão produtiva e a articulação econômica avaliando sua utilização como estratégia de desenvolvimento socioeconômico, passando pela questão da articulação e dinâmica espacial, culminando na relevância da questão produtiva para a manutenção e a reprodução da identidade. A importância deste capítulo é a de mostrar as estratégias encontradas pelos agricultores de Nova Pádua para o seu desenvolvimento econômico e social com bases em valores e estruturas locais;

✓O capítulo 4 aborda, por fim, a questão regional. Neste capítulo o objetivo é expor e analisar os elementos de ordem simbólica que permitem a consolidação de uma condição regional que representa e referenda todos os elementos abordados nos capítulos anteriores dando aos saberes tradicionais e ao modo de vida camponês a importância analisada no caso de Nova Pádua.

A questão do método.

Ao optar por trabalhar com o caso de Nova Pádua, e sobretudo com a questão do campesinato, deparei-me com uma dificuldade que na verdade refletia o embate teórico mencionado anteriormente.

Todas as leituras realizadas para o presente trabalho foram feitas na tentativa de buscar respostas às problemáticas relacionadas ao campesinato. No entanto, a medida em que avançava nesta busca encontrava pontos de discordância entre a teoria e a realidade que havia me proposto a trabalhar. Tomado por um certo vício acadêmico de querer apresentar uma citação para cada fato a ser analisado estive a ponto de pensar em desistir deste estudo, pois existiam sempre alguns elementos importantes na teoria que não contemplavam aquilo que eu gostaria de demonstrar.

Diante deste fato, e com o auxílio de minha orientadora, optei por fazer o caminho inverso. Se ao conhecer Nova Pádua me deparei com uma realidade completamente diferente daquilo que havia estudado antes e se aquela comunidade foi capaz de gerar uma estranheza tamanha a ponto de motivar um estudo, então, era principalmente ela própria quem poderia me fornecer tais elementos de análise.

Partindo desse princípio é que cheguei a um método empírico, mas que também foi sendo moldado de forma participativa, pois à medida em que as visitas e as entrevistas foram acontecendo, os próprios entrevistados me apontavam possibilidades de caminhos a serem seguidos e de formas alternativas de perceber meu objeto de estudo.

A abordagem empírica como método científico é importante, pois além de se dedicar ao tratamento da "face empírica e factual da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual" (DEMO, 2000, p. 21). Logo, a valorização desse tipo de pesquisa se dá pela

possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base factual. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática. (DEMO, 1994, p. 37).

Na prática, os procedimentos de trabalho e de análise passaram por uma significativa transformação. Em um primeiro momento, acreditava que uma abordagem mais objetiva e quantitativa em muito facilitaria o processo de coleta de dados e de sistematização e análise dos mesmos. Posteriormente, ao vivenciar de forma intensa o cotidiano dos agricultores de Nova Pádua, pude verificar que a realização de uma pesquisa qualitativa viria ao encontro daquilo que buscava com meu trabalho, pois ela

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1998 p.22).

Quanto à questão regional, não tinha a intenção de abordá-la em meu trabalho. No entanto, quando questionei os agricultores de Nova Pádua sobre quais municípios faziam parte de sua região tinha a idéia somente de ter uma noção da abrangência da interação social e comercial deles. Digo isso, pois acreditava previamente que o município de Caxias do Sul, por ser um pólo regional bastante próximo, seria o principal centro de atração e de influência regional. Ao observar os resultados decorrentes deste questionamento, e suas justificativas, pude constatar que uma outra situação se apresentava. Diante desta indicação indireta não pude deixar de acrescentar a temática regional neste trabalho.

Os trabalhos de campo acumulados desde o ano 2000 me possibilitaram uma compreensão mais precisa da realidade de Nova Pádua. No entanto, surpreendeu-me o fato de encontrar uma certa dificuldade em aplicar o questionário preparado previamente para esta ocasião. Na verdade, mesmo conhecendo algumas pessoas, mesmo já tendo visitado algumas propriedades, eu era um estranho circulando pelo interior do município. Diante desta situação, depois das duas primeiras entrevistas fui forçado a tentar utilizar um elemento de aproximação, pois percebi que muitas informações estavam sendo ocultadas. Passei a revelar, então, que também era de origem italiana. A partir deste momento consegui estabelecer uma aproximação bem maior através de um atributo de ordem cultural que para eles possui uma importância significativa.

O questionário que inicialmente foi preparado para ser aplicado de forma objetiva em uma amostragem aleatória de 30 famílias foi, na verdade, um norteador das conversas que passaram a ser bem mais duradouras que as duas primeiras.

Obtidas as informações necessárias, foram realizados cruzamentos de dados para a elaboração posterior de gráficos e tabelas no Microsoft Excel e de mapas temáticos no Corel Draw.

O que pode parecer estranho, mas que foi uma decisão intencionalmente tomada, é a redação do presente texto na primeira pessoa. Na verdade, diante do exposto até aqui, me vi na necessidade de um envolvimento mais intenso com meu objeto de estudo. As indecisões teóricas e uma certa dificuldade de analisar o que

se passava em Nova Pádua fizeram com que, na prática, eu construísse este trabalho conjuntamente com aqueles que inicialmente seriam apenas analisados. Dessa forma, pude fazer um excelente exercício de observação e de análise que me possibilitou chegar às considerações sobre o tema proposto e que serão posteriormente apresentadas.

1. A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Abordar a questão da imigração de colonos italianos para o Rio Grande do Sul no século XIX é, sem sombra de dúvidas, o primeiro passo a ser dado para uma compreensão mais apurada da realidade apresentada pelo município de Nova Pádua. Realidade essa diretamente influenciada pela política colonizadora da época cujos efeitos são, ainda hoje, perceptíveis na sua organização espacial, social, produtiva e cultural.

Esses colonos (porque cumpriram a função de colonizar) trataram, ao longo dos anos, de manter vivas, de reproduzir, muitas das características que nos permitem sem muita dificuldade, hoje, identificar uma comunidade de origem italiana.

No entanto, destaco a importância de nos atermos a elementos contidos no processo histórico de formação dessas comunidades italianas no Rio Grande do Sul que, na realidade, estão pautados em desencantos e em sonhos com raízes bastante profundas na “pátria-mãe” – na Itália.

Inúmeros são os trabalhos que destacam o espírito empreendedor, pioneiro, forte, moralizado e regenerador do trabalho, inerentes ao colono europeu, e que foram fundamentais para a consolidação desses grupos no Rio Grande do Sul. Todavia, é importante buscar compreender, minimamente, os fatores que possibilitaram a reprodução desse sentimento de superioridade e que deram a esses colonos as condições apropriadas ao desenvolvimento de uma organização espacial e social bastante particulares.

Gostaria de deixar claro que, em virtude do significativo número de investigações acerca da colonização italiana no Rio Grande do Sul, meu objetivo, aqui, é de tratar de forma ampla a questão para que, dessa maneira, seja possível pontuar alguns elementos importantes e que serão resgatados posteriormente neste trabalho.

1.1 – A situação italiana no século XIX.

O processo de industrialização promovido pela Grã-Bretanha com a introdução da máquina a vapor na indústria têxtil no século XVIII desencadeou uma série de mudanças de ordem estrutural e social no cotidiano de milhões de

européus. Sobretudo, se englobarmos nesse processo a modernização dos transportes e as transformações técnicas e sociais na agricultura.

Todavia, é importante ressaltar que essas mudanças não se deram de forma homogênea no conjunto da Europa. A Itália, por exemplo, só se viu diante dessa ampla possibilidade de mudanças a partir da segunda metade do século XIX, juntamente com o império austro-húngaro, com a Rússia e com os países ibéricos. Como consequência, as grandes ondas de emigração acompanharam esta tendência transformadora.

Para Hobsbawm (1982, p.195), as modificações técnicas foram bem menos significativas no meio rural europeu que nas cidades, porém, as transformações sociais foram bastante profundas.

Esta afirmativa me permite introduzir uma breve, porém não menos importante, análise de uma questão de suma relevância para o desenvolvimento deste trabalho: o problema agrário europeu, sobretudo o italiano.

Hobsbawm (1982, p.203), coloca que a desarticulação do artesanato doméstico, em razão do crescimento da indústria, da privatização de terras comunais e da quebra de antigos vínculos de subordinação, modificaram por inteiro a vida no campo.

Destaca-se ainda que,

Em várias regiões, quando os camponeses emanciparam-se da tutela senhorial, ficaram desligados legalmente da antiga terra. Deveriam, então, pagar, seja para adquirir propriedade ou para arrendamento. Mas nem sempre eles possuíam recursos para tanto, muitos engrossaram a camada cada vez maior de jornaleiros e trabalhadores volantes, outros, mesmo tendo propriedade sobre um pequeno lote, tinham que suplementar sua existência com o assalariamento esporádico. Este processo precipitou uma tendência cada vez maior à emigração e à diferenciação interna no campesinato. MACHADO (1999, p.44-45).

O que se observava, então, era um grande movimento de migração ocasionado como consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo, uma vez que a ordem tradicional camponesa que mantinha o equilíbrio entre a produção agrícola e a atividade artesanal ao longo do ano foi destruída.

Na Itália, recém unificada politicamente, era predominante a grande propriedade nas regiões meridionais, centrais e nas planícies setentrionais.

Era principalmente nas regiões setentrionais de montanha que se concentrava grande número de pequenos lavradores, proprietários ou meeiros, comprimidos em pequenos lotes. (ALVIM, 1986, p.21-23; FRANZINA, 1976, p. 22-47 apud MACHADO, 1999, p.47).

O quadro que se consolidava era o novo Estado privilegiando o desenvolvimento da indústria na região norte do país através da drenagem de recursos provenientes do sul e do conjunto das atividades agrícolas. Somava-se a isso um aumento da carga tributária, a desarticulação das economias regionais, a diminuição dos salários e do preço dos produtos agrícolas. Como resultado dessa política econômica foram acentuadas as diferenças regionais já existentes e a indústria, ainda incipiente, não foi capaz de absorver a mão-de-obra rural em constante elevação.

A unificação política italiana se estendeu também à unificação tributária configurando-se como mais um elemento gerador de uma crise que atingia, sobretudo, os pequenos produtores das áreas mais elevadas do norte. Essa nova tributação substituiu antigos impostos que anteriormente eram diferenciados e administrados de forma a atender as necessidades de cada região. Tal substituição atingiu vários componentes e processos de toda uma cadeia produtiva baseada na atividade agrícola que, somada a uma nova legislação de defesa dos bosques, limitava a sobrevivência dos camponeses.

Neste contexto, uma característica bastante importante do campesinato italiano foi alterada: a migração sazonal. Esse tipo de mobilidade já fazia parte da tradição de muitas províncias nortistas durante os períodos do ano em que havia ociosidade de mão-de-obra. Muitos camponeses influenciados também pelas condições climáticas da região buscavam trabalho em outras regiões e até mesmo em outros países.

Desta forma, os elementos mais importantes para o início da emigração italiana em massa se conectavam: a unificação política, econômica e tributária; o processo de industrialização e conseqüentemente as mudanças técnicas na agricultura; a privatização das terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação; o abalo da ordem tradicional camponesa; e problemas de ordem climática.

O conjunto dessas mudanças fez com que a tendência da migração fosse acentuada e assumisse dimensões até então desconhecidas. Sendo assim, pequenos proprietários e meeiros, atingidos por uma séria crise provocada pelos problemas climáticos, demográficos e pela falta de perspectiva econômica e social, se viram obrigados a emigrar rumo ao novo mundo.

1.2 – A colonização Italiana na Província do Rio Grande do Sul:

A política brasileira de colonização começou efetivamente com a vinda de D. João VI para o Brasil, onde o processo de colonização assumiu um caráter inovativo, visto que a proposta de renovar as estruturas existentes, com a mão-de-obra européia, era uma das metas de tornar o País realmente independente. Pela proposta colonizatória se pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, criando uma nova mentalidade que permitisse ao País superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão. (HERÉDIA, 1997, p.31)

Inúmeros eram os objetivos do Governo Imperial quando do início do processo de colonização européia na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre eles a necessidade de um contingente elevado para a ocupação e controle das fronteiras; a ocupação dos espaços vazios com aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas, do comércio e da indústria; a criação de uma classe intermediária entre o senhor de terras e o escravo; e, o mais polêmico, o de “branquear a raça”¹.

O programa inicial de colonização, entre 1824-1830, foi, segundo Pellanda (1950, p.44), chamado de *Walkerfield* que constituía na “distribuição de um lote de terra, ferramentas, animais, sementes aos agricultores, pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento”. Este programa, no entanto, esteve em vigor somente durante os primeiros anos da colonização alemã da Província, período que antecede a vinda dos imigrantes italianos.

Embora na história do Brasil se tenha criado leis, cuja repercussão se estendia para todo o território nacional, em dado momento, processos de ocupação, de distribuição e de apropriação da terra marcaram de forma decisiva determinadas províncias. No caso do Rio Grande do Sul, é possível destacar a institucionalização e/ou legitimação da Lei de Terras e a imigração européia como fatores indispensáveis para a compreensão da formação de parte significativa do campesinato gaúcho.

¹ Sobre este tema ver: GIRON, 1980, p.55.

Todavia, em 1848, vinte e seis anos após a independência política de Portugal, o Governo Geral, através da Lei Geral nº 514, de 28 de outubro, cedeu a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas com o fim exclusivo de colonização. Mas é somente com a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, que foram estabelecidos os critérios para a estruturação das colônias agrícolas assim como a legitimação das sesmarias existentes. No ano seguinte, “em 4 de dezembro de 1851, o Governo da Província do Rio Grande do Sul promulgou a Lei nº 229, que em seu artigo nº 9, concedia gratuitamente as terras aos colonos provindos da imigração dirigida”. (HERÈDIA, 1997, p.33).

Esta orientação, no entanto, foi alterada em 1854 ficando a colonização condicionada à compra da terra e ao pagamento das despesas nos cinco anos subseqüentes ao estabelecimento nas colônias.

Com a criação da Lei de Terras no Brasil, foi possível estabelecer parâmetros mais definidos que, por sua vez, marcaram significativamente a concepção de propriedade no país, bem como de seu uso e forma de obtenção. A partir desse momento, segundo Gancho, Lopes e Toledo (1991) começa a ser definido o domínio do público e do particular. Sendo assim, tanto o Estado como os proprietários passam a ser regidos pelo mesmo instrumento legal.

Para Andrade (2002 – p. 16), é

graças à visão política de José Bonifácio de Andrada e Silva, o sistema de sesmarias foi instinto e substituído pelo direito de posse, cabendo ao posseiro requerer a propriedade da terra que ocupava. Procurava-se, desse modo, democratizar o acesso à propriedade da terra, embora dificilmente os posseiros tivessem condições de legalizar os lotes de que dispunham, devido à cobiça dos grandes proprietários e dos altos dignatários governamentais. Nos meados do século XIX, visando consolidar o poder dos proprietários e abrir perspectivas aos colonos estrangeiros que eram atraídos para o Brasil, estabeleceu-se o acesso à terra através do contrato de compra e venda, consolidando-se o poder dos latifundiários.

Outra medida importante introduzida pela Lei de Terras, e que neste momento torna-se importante para a compreensão desse processo, foi a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre.

Com a abolição da escravatura, a mão-de-obra negra e indígena passa a ser substituída pelo trabalhador branco e assalariado a partir de uma leva de imigrantes europeus atraída pela possibilidade de prosperidade no Novo Mundo.

A imigração passa, então, a se caracterizar como um importante fator de alteração, tanto no que se refere à nova forma de acesso à terra, quanto à

substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra remunerada. Cabe ressaltar que, segundo Sodré (1996), a iniciativa do governo imperial teve dois aspectos: o da colonização, mediante o estabelecimento de elementos europeus em determinadas zonas reservadas e exclusivas, com privilégios e concessões; e o da imigração, no qual se pagava ao trabalhador pelo menos o necessário para a viagem.

Com a consolidação do processo de colonização/imigração e, posteriormente, a ocupação pelos mesmos das terras consideradas inapropriadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias de interesse econômico nacional (monocultura exportadora e pecuária extensiva), o quadro de ocupação e de concretização do território nacional se torna cada vez mais claro.

Sendo assim, o conjunto dos imigrantes italianos que chegaram na Província do Rio Grande do Sul entre 1875 e 1880 era formado por grupos familiares de camponeses provenientes do norte da Itália, com algum dinheiro guardado previamente, grandes expectativas de se tornarem proprietários de lotes maiores, onde poderiam viver com mais liberdade e com uma possibilidade de abundância muito maior.

Levando em consideração que a colonização italiana se consolidou após a colonização alemã, um elemento muito importante a ser considerado é a característica das terras “disponíveis” aos imigrantes italianos.

Os alemães ao chegarem à Província do Rio Grande do Sul ocuparam preferencialmente as terras mais planas e baixas localizadas nas margens e nos vales de importantes rios que compõem a Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba: Jacuí, Taquari, Caí e dos Sinos, até a Serra Geral. Estas áreas eram compostas pela floresta subtropical, por terras escuras e clima mais quente. Sem sombra de dúvida, as condições morfológicas e de fácil acesso (via fluvial) das colônias alemãs possibilitaram seu desenvolvimento econômico, uma vez que a proximidade com a capital da província, Porto Alegre, lhes permitia um fluxo comercial bastante intenso.

Os italianos, por sua vez, foram destinados a ocupar as terras localizadas na borda superior do Planalto Meridional, tendo seus limites sido definidos exatamente a partir das áreas ocupadas pelos alemães. Desta forma, as primeiras colônias italianas se desenvolveram ao longo das matas de Araucária até o domínio dos Campos de Cima da Serra.

Com a entrada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, praticamente todas as regiões gaúchas estavam ocupadas, restando somente as áreas de florestas do Alto Uruguai. Os campos do Planalto já

havia sido ocupados, parte pelos núcleos iniciais das missões (fronteira noroeste) e parte por estancieiros luso-brasileiros, que fundaram municípios como Passo Fundo, Cruz Alta e Soledade. A ocupação das áreas de florestas do Alto Uruguai foi intensificada, por volta de 1890, com a fundação da colônia de Ijuí. Os novos núcleos foram surgindo com o assentamento de imigrantes alemães, italianos, poloneses, russos e suecos, entre outros, e de descendentes dos primeiros imigrantes alemães e italianos. (MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO, 2002, p.42).

1.3 – A formação de Nova Pádua

Toda a Região de Campo dos Bugres e depois Caxias, foi dividida em léguas e Nova Pádua, que tomou este nome bem mais tarde, era a 16ª Léguas. Temos a impressão que os travessões e lotes rurais, ou "colônias" foram delimitados antes da chegada dos imigrantes, pois quando vinham, cada qual recebia a sua colônia, no número tal e do travessão tal (...). (GALIOTO, 1992, p. 17)

Com estas palavras, o Pe. Antônio Galioto (1992) inicia, em seu livro, o relato dos primeiros anos da formação do atual município de Nova Pádua, destacando a carência de registros quando da sua fundação, o papel fundamental da Igreja Católica neste processo e o resgate dos relatos orais dos moradores mais antigos na reconstituição da história desta comunidade. Comunidade esta que, hoje, dedica constantes homenagens aos imigrantes que saíram do Vêneto e da Lombardia, norte italiano, no final do ano de 1885, para formar, já no Brasil, em meados de 1886, "il paese²", constituindo, assim, a base cultural deste município.

² A expressão "il paese" se refere ao novo país, à nova vida que estava sendo construída em novas terras pelos primeiros imigrantes

Figura 1 – Antiga casa em madeira no interior de Nova Pádua.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso

Todavia, a “pátria mãe³” não se encontra apenas manifesta no nome do município. Ainda hoje, as manifestações do cotidiano expressam todas as referências culturais herdadas e amplamente reproduzidas ao longo dos anos, seja através dos pequenos grupos reunidos nas cantinas, do vinho produzido na região, das iguarias tipicamente italianas, ou das conversas em dialeto italiano. Tudo isso tem como objetivo a reafirmação das suas raízes culturais e, indiretamente, enfatizar as suas diferenças em relação aos “brasileiros”⁴.

³ Tanto a expressão “pátria mãe” como “terra mãe” se referem à Itália, país de origem das primeiras famílias que fundaram Nova Pádua.

⁴ O termo “brasileiros” é empregado para reforçar a diferença existente, segundo os paduenses, entre eles e o restante da população de origem não italiana. Cabe ressaltar que a utilização deste termo não está associada apenas aos colonos que de fato nasceram na Itália, mas também aos seus descendentes, mesmo que estes tenham nascido no Brasil.

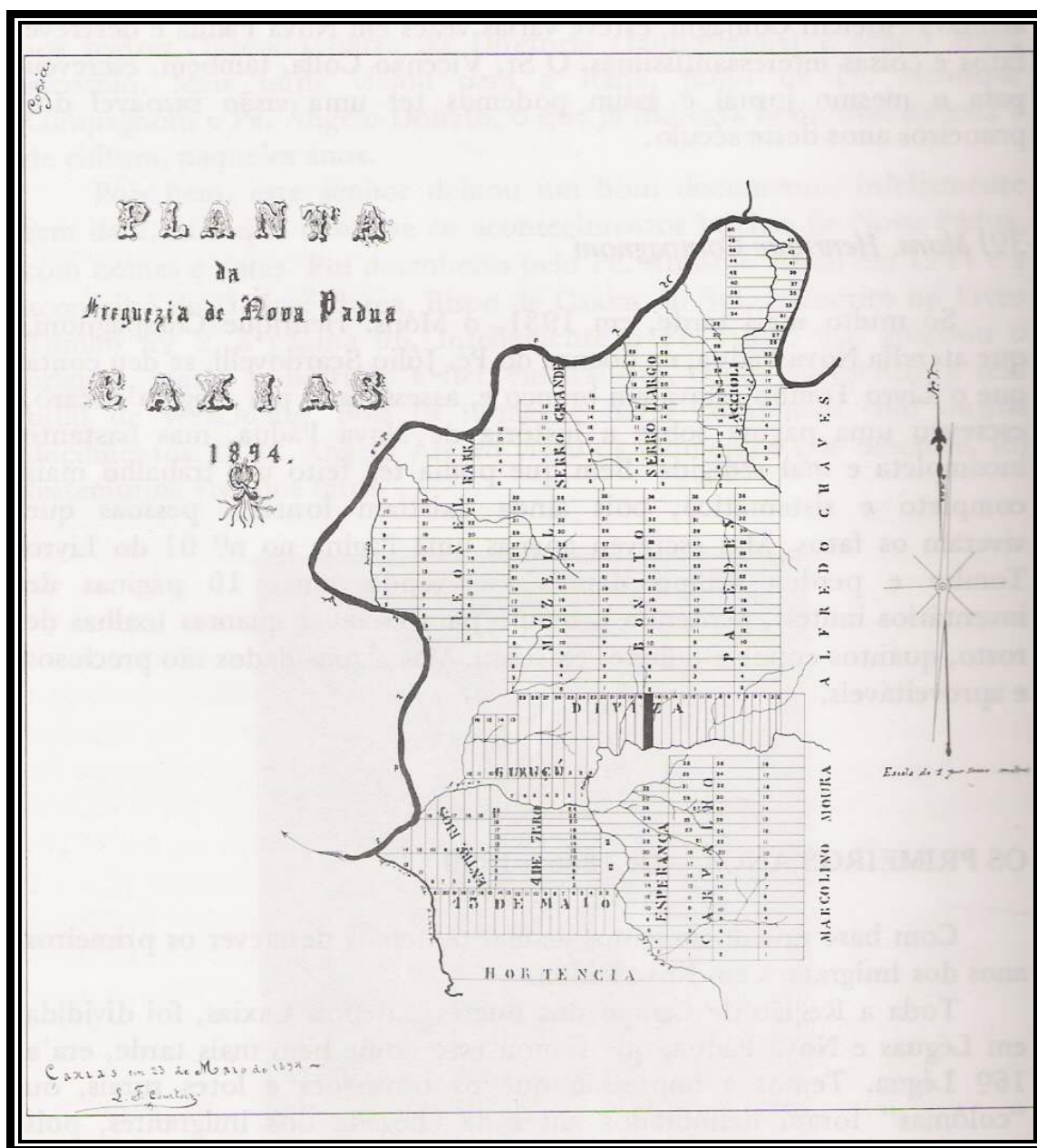
Cabe ressaltar que, nas primeiras décadas da imigração, segundo Galioto (1992) o sentimento de revolta era bastante presente na comunidade. Algumas entidades foram criadas com o objetivo de manter sempre presente o vínculo com a “terra mãe”, o que não teve muito sucesso na época.

Parece que a Pátria arrependida por não ter feito nada por seus filhos que se organizaram a emigrar, para não morrer de fome, queria agora ajudar, mas como estava envolvida com problemas enormes, de lá só vinham palavras bonitas e promessas. (GALIOTO, 1992, p. 35)

Foram seis famílias que iniciaram o processo de colonização das novas terras da 16ª légua de Caxias, todas provenientes da cidade italiana de Pádua. Estas terras, por sua vez, foram divididas em travessões⁵ e estes em colônias sendo, posteriormente, todas ocupadas. Ao total eram 307 colônias que variavam entre 25 e 30 ha, sendo que a de número 17, do Travessão Divisa, foi a escolhida para ser dividida em lotes e dar início à organização do primeiro conjunto de moradias, dando origem, assim, à atual sede do município de Nova Pádua como bem mostra a Figura 2.

⁵ Tanto os Travessões como as Picadas e as Linhas se configuraram como a principal forma de acesso e ocupação das terras a serem colonizadas. Na realidade, nada mais eram do que caminhos abertos na mata fechada por onde se dava a demarcação dos lotes ou colônias. Até hoje, os travessões são os principais meios de ligação e de circulação entre uma propriedade e outra.

Figura 2 – Planta da distribuição dos lotes a serem ocupados pelos imigrantes italianos – Freguesia de Nova Pádua / 1894.



Em destaque, no centro da figura, está o lote que deu origem à atual sede do município. O original encontra-se nos arquivos da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Fonte: Galioto (1992, p.18)

Um dos fatores de relevante importância na organização da vida social (comunitária) nos primeiros anos de formação de Nova Pádua foi a religião. Quando da sua fundação, segundo Galioto (1992) quem quis a Igreja bem presente não foram os padres nem os bispos, mas os próprios imigrantes através da organização de Comunidades de Igrejas, cujas diretorias eram eleitas pelos membros que doavam os imóveis e que construíam os templos.

As comunidades de igrejas exerceram um papel de fundamental importância na organização social, econômica e política dos imigrantes italianos. Elas funcionavam, e ainda funcionam, como associações comunitárias de bairros. Inicialmente davam todo o suporte necessário ao desenvolvimento produtivo e humano aos membros envolvidos, atualmente, após inúmeros processos de adaptação, se transformaram em centros sociais e esportivos. Estas comunidades tinham nas Capelas o espaço necessário para suas atividades. Existem, hoje, 14 Capelas fundadas pelas comunidades de suas respectivas colônias.

Os padres e os bispos só vieram muito mais tarde, sendo procurados e disputados, muitas vezes até mesmo provocando brigas entre estas comunidades.

É interessante salientar que para eles, o padre não estava associado apenas à idéia de religião, mas, também à idéia de progresso, pois a presença de um padre levava à criação de uma paróquia e, conseqüentemente, promovia a confluência de muitos fiéis às missas, beneficiando, assim, as atividades comerciais locais.

Dessa forma, então, é possível afirmar que as Comunidades de Igrejas foram a manifestação das primeiras formas de organização social e política presentes no município, já que na “nova pátria” tinham terra própria, comida de sobra e não dependiam de patrões, ou seja, eram livres.

Todavia, esta liberdade estava vinculada, a partir de então, à influência, muito forte, exercida pelos padres no cotidiano da comunidade.

Recordamos que Nova Pádua é uma comunidade pequena, rural e encurralada entre o Rio das Antas e os “peraus⁶” do Rio Oitenta, que para alguns padres, funcionavam como que enormes paredes de um mosteiro, dentro do qual deviam viver os paduenses como monges, longe do mundo e do pecado. (GALIOTO, 1992, p.59)

⁶ Forma como os moradores da região chamam os morros e a escarpa do Planalto de um modo geral.

Este mesmo autor, não obstante, ressalta as diferenças apresentadas entre a mentalidade desta comunidade de semi-analfabetos e enclausurados da primeira metade do século XX, com a mentalidade das gerações posteriores que, a partir da segunda metade do século XX, já tinham acesso a viagens, à literatura, a escolas, ao rádio e à TV, estando conectada com canais do mundo todo através das antenas parabólicas.

De qualquer forma, no princípio, os colonos tinham nas Capelas das Comunidades de Igreja, a articulação e a representação espacial dos elementos de ordem cultural, política e econômica que comandavam a sua vida individual e comunitária. Estas Capelas surgiram tanto a partir de uma motivação religiosa e social dos primeiros imigrantes, como por interesses de pessoas e de grupos que esperavam um desenvolvimento e com isso o progresso: a futura vila e o futuro município.

A suposta liberdade alcançada por estes colonos possibilitou, então, que cada família trabalhasse e produzisse quase tudo o que era necessário à sua sobrevivência, dirigindo suas atenções ao bem estar e à abundância deste “pequeno paraíso italiano⁷” que era (e ainda é) fortemente baseado na inter-relação indissociada entre terra, trabalho e família, tendo o conjunto desses elementos assumido o status de “império”.

E era um império, pois o pai era o imperador com poderes absolutos, a mãe era a rainha do lar e os numerosos filhos como que um pequeno exército disciplinado para a muita produção e uma auto-suficiência. (GALIOTO, 1992 p.47)

No que se refere às práticas utilizadas para a conquista desta auto-suficiência, os imigrantes italianos acreditavam que as terras eram inesgotáveis, e por serem “novas” e férteis, produziam bem, não necessitando a aplicação de adubos e de corretivos. A prática mais comum, e reconhecida por vários autores, era àquela onde todos deixavam a terra descansando por quatro ou cinco anos enquanto crescia a “capoeira” ou as vassouras. Após isso, cortavam com a foice e esperavam até que secassem para, então, botarem fogo.

⁷ A frase “Pequeno Paraíso Italiano” faz referência às palavras inscritas no pórtico de entrada do município de Nova Pádua.

Segundo Waibel (1979), a maioria dos colonos usava o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo-a em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. Sistema esse, chamado de roça ou capoeira pelos colonos e de sistema de rotação de terras pelos economistas rurais.

Ressalta ainda, que esse é, naturalmente o sistema que os fazendeiros portugueses receberam dos índios, e que, desde então, passaram a usar em suas grandes propriedades.

O que levou Waibel a tamanha estranheza foi o fato de ele ter verificado que tanto na literatura nacional quanto na estrangeira este sistema de cultivo adotado pelos imigrantes era amplamente elogiado, o que considerava uma contradição por ser um sistema que adotava práticas consideradas por ele, primitivas. Esta constatação, e a relação da mesma a uma das principais causas da precária condição de vida da maioria dos descendentes de colonos europeus, levou o referido autor a introduzir a noção de *minimale ackernahrung*, ou seja, a mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. (ETGES, 2000 p. 204)

Esta noção se baseava no tripé: estrutura fundiária, estrutura familiar e prática agrícola.

A importância da contribuição de Waibel se justifica pelo fato do mesmo ter produzido uma obra que retratou com precisão o modo de vida dos colonos europeus no sul do Brasil. A análise de Waibel apresentou uma série de elementos que apontavam para a fragilidade do sistema agrícola utilizado por esses colonos. Sem dúvida alguma, tanto alemães como italianos se valeram dessa prática para garantir a reprodução de suas comunidades. No entanto, seria demasiadamente arriscado afirmar que as mudanças políticas, econômicas e sociais dos anos posteriores aos da análise de Waibel desencadearam um processo uniforme de desenvolvimento social e econômico do conjunto das comunidades formadas pelos descendentes dos primeiros colonos europeus.

Para Waibel, seria impossível pensar uma atividade agrícola viável tendo como elementos:

- a) uma estrutura familiar como a dos colonos onde o número elevado de filhos representava condição fundamental para a composição da força de trabalho;
- b) uma estrutura fundiária baseada em pequenos lotes de terra cujas características ambientais significavam obstáculos a ser superados e sobre a qual estas famílias buscavam a sobrevivência;
- c) uma prática agrícola como a anteriormente citada, cujas limitações foram densamente analisadas pelo autor.

Mas o que Waibel não pensou, e nem poderia dadas às circunstâncias da época, é que muitas dessas comunidades passaram por um processo de adequação às tendências tecnológicas e mercadológicas das décadas posteriores, o que possibilitou, no caso de Nova Pádua, assumir um lugar de destaque no panorama das atividades agrícolas gaúchas. Situação esta que se consolidou em 10 de novembro de 1991 quando a população de Nova Pádua decidiu “ser município”, o que se efetivou no ano seguinte, com sua emancipação do município de Flores da Cunha.

Esta comunidade, constituída inicialmente a partir das frágeis estruturas teorizadas por Waibel, demonstrou que a consciência das condições insuficientes permite a busca de alternativas que irão se refletir no seu crescimento econômico e social.

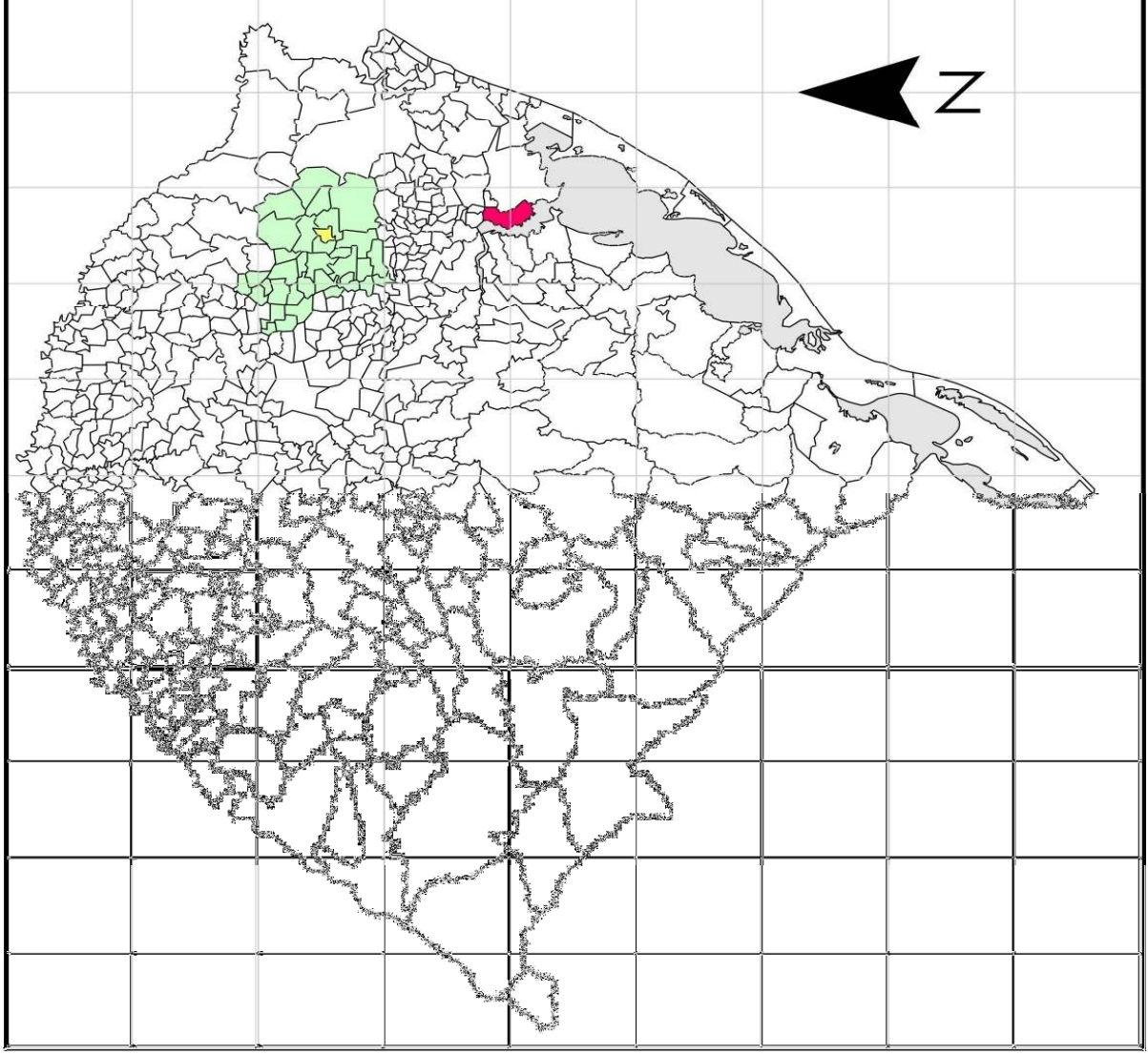
Hoje, Nova Pádua é um pequeno município da serra gaúcha, com uma superfície de 102,34km², distante 165km de Porto Alegre e próximo à Caxias do Sul considerado um importante centro regional. Sua população é de 2396 habitantes, segundo os dados do IBGE (2000), estando 530 habitantes no perímetro urbano e os demais 1866 na área rural.

A localização de Nova Pádua no contexto do estado do Rio Grande do Sul, bem como da região administrativa onde o município está inserido – o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE Serra) – podem ser visualizados na Figura 3. Na seqüência, a Figura 4 possibilita visualizar o município de Nova Pádua e a configuração atual dos travessões.

LOCALIZAÇÃO DE NOVA PÁDUA

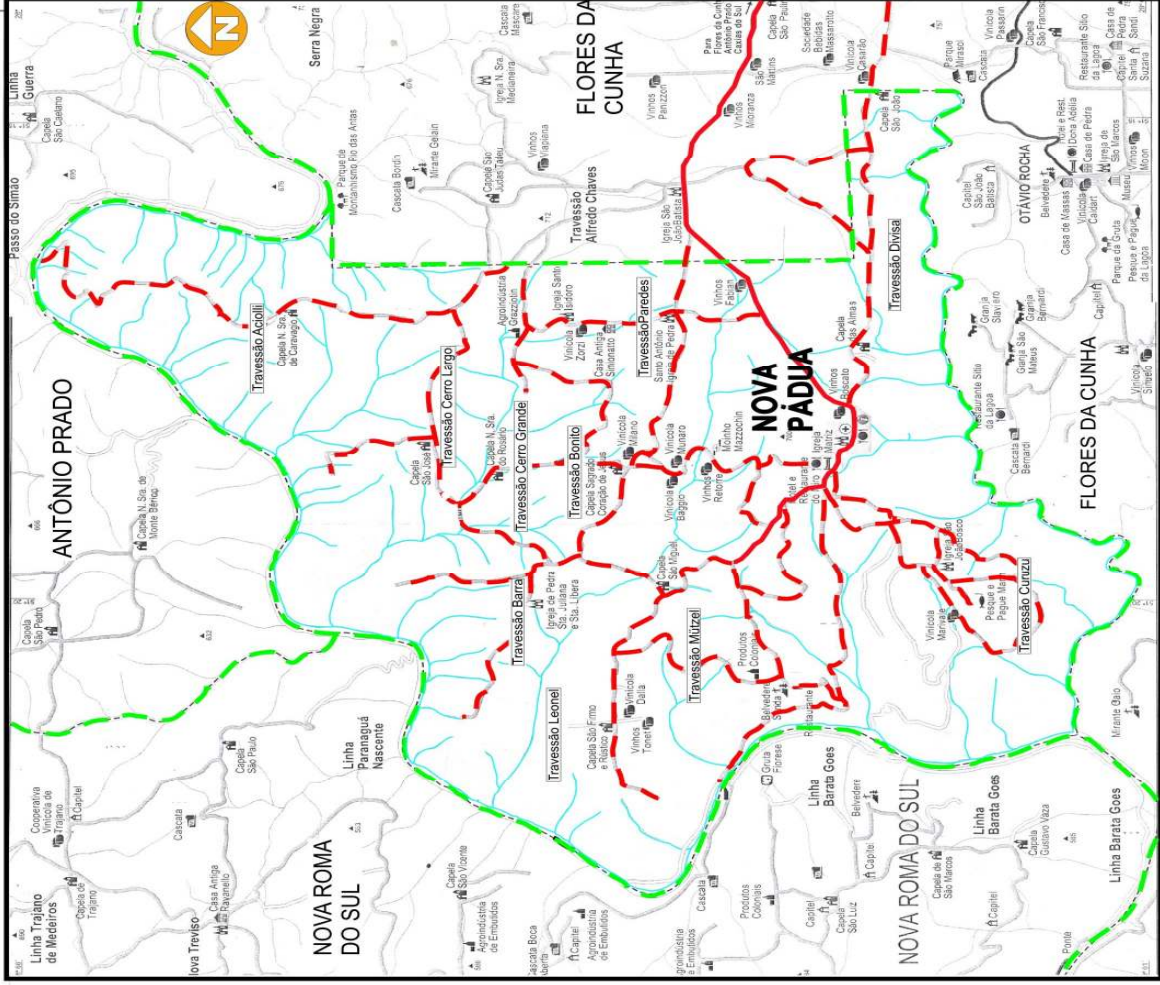
LEGENDA

- Nova Pádua
- Municípios do COREDE Serra
- Porto Alegre
- Demais municípios do RS



ELABORAÇÃO:
TIAGO OLIVEIRA NICOLOSO / 2006

NOVA PÁDUJARS



LEGENDA

- Estradas parquimentadas
- - - Estradas não pavimentadas
- - - Divisa municipal
- Curvas d'água

ELABORAÇÃO:
TIAGO OLIVEIRA NICOLASSI

2. A QUESTÃO CAMPONESA

Um dos fatores que me levou a escolher Nova Pádua como área de estudo foi a possibilidade de confrontar, na prática, a noção de campesinato abordada pela academia com a noção de campesinato compreendida por aqueles que comumente são nossos “alvos” de análise. E dentro desta perspectiva, analisar um município cujas características produtivas, socioespaciais e culturais seriam suficientes para gerar controvérsias teóricas tornou-se, para mim, um importante desafio.

A presença de uma certa “dureza” nas definições teóricas acerca do campesinato, particularmente carregadas de uma dificuldade política, porque não, de aceitar que elementos dispostos diferentemente no tempo e no espaço possam resultar em uma realidade particular, mesmo que regidas por uma racionalidade dita homogênea, tem-se mostrado, ao meu ver, cada vez mais presente nos discursos políticos e acadêmicos. E essa “dureza”, ao mesmo tempo em que dificultou minha visualização da realidade de Nova Pádua na teoria, possibilitou que eu assumisse o caminho inverso de análise, ou seja, buscar no cotidiano dos agricultores de Nova Pádua os elementos necessários sobre a compreensão de sua própria realidade.

Sendo assim, a primeira questão com a qual me deparei representava talvez o centro nervoso do meu trabalho: o que significa ser camponês?

Para buscar resposta a este questionamento é que uma das perguntas do questionário aplicado aos agricultores de Nova Pádua se referia ao sentimento deles em relação a sua atividade. O resultado pode ser observado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Você se considera um camponês,
um colono ou um agricultor familiar?**

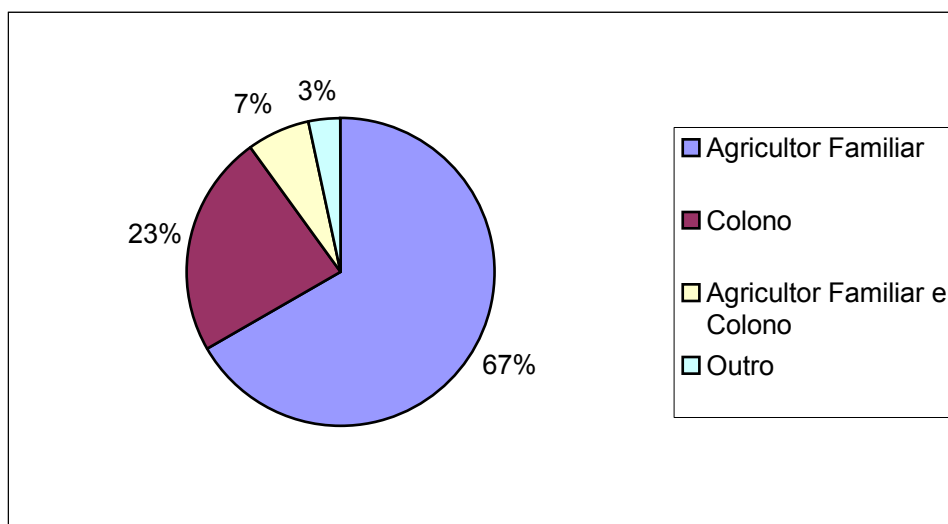


Gráfico elaborado por Tiago O. Nicoloso a partir dos dados obtidos pelas entrevistas.

O mais interessante desta pergunta foi observar que 67% dos proprietários se disseram agricultores familiares pelo simples fato de desenvolverem a agricultura em suas propriedades e de utilizarem para esse fim prioritariamente a força de trabalho de todos ou de boa parte dos membros da família.

Os 23% que se disseram colonos representam uma parcela menor da população local que rompe a barreira do preconceito e fala do orgulho que para eles é ser colono, uma vez que este termo carrega em si uma série de elementos e de sentimentos que depreciam tanto a imagem como as atividades desenvolvidas pelos primeiros imigrantes e seus descendentes.

Já as pessoas que se disseram agricultores familiares e colonos (7%), representam um pequeno grupo que provavelmente se encontra em uma fase de transição. Transição esta, pelo fato de já se sentirem integrados a um nível mais elevado de desenvolvimento pessoal e produtivo que a “categoria” de agricultor familiar representa para eles. Nesta categoria não se sentem desligados dos vínculos históricos e culturais de seu passado de descobertas, de desafios e de reconstrução.

Os 3% restantes representam mulheres que se consideram restritas às tarefas do lar.

Mas e os camponeses? Como tratar teoricamente de um conceito que, pelo que demonstram os dados do Gráfico 1, não faz parte da realidade destes

agricultores? Na verdade este era o objetivo desta pergunta, qual seja o de expor o distanciamento entre a teoria e o objeto teorizado. Quando propus a introdução desta pergunta no questionário busquei tentar compreender a dimensão da compreensão das pessoas, que eu estava envolvendo na pesquisa, quanto à questão camponesa e o que elas sabiam e sentiam em relação ao tema. Obviamente, esta pergunta “*Você se considera um camponês, um colono ou um agricultor familiar?*” para que tivesse um resultado mais amplo e mais concreto, foi complementada com duas perguntas “*Existe alguma diferença entre uma coisa e outra?*”⁸ Qual? No Gráfico 2 está representada a resposta a esta complementação.

Gráfico 2 – Existe alguma diferença?

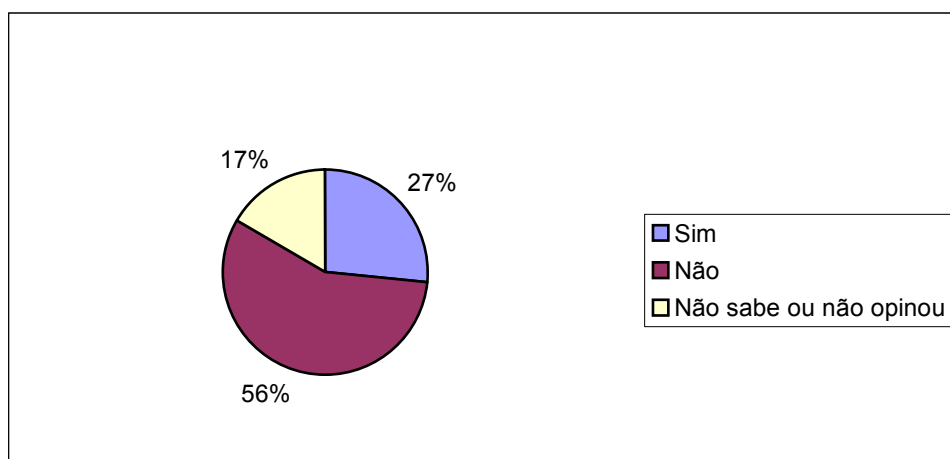


Gráfico elaborado por Tiago O. Nicoloso a partir dos dados obtidos pelas entrevistas.

Embora a maioria das pessoas (56%) tenha respondido que não há diferença entre ser camponês, colono ou agricultor familiar é possível afirmar que esse número representa, na verdade, um total desconhecimento do assunto. Como foi dito anteriormente, a maior parte das pessoas não se identificou como colono pois o termo está carregado de referências depreciativas e normalmente é utilizado de forma pejorativa. O termo colono, além de designar os imigrantes italianos, alemães e seus descendentes, significa, segundo Teixeira (1988) “[...] pessoa de carência de ambição, de traquejo social, de elegância, de postura corporal e comportamental, de senso de oportunidade e de progresso, de arrojo, de perspicácia, de sagacidade”.

Cabe ressaltar que os colonos chegaram no Rio Grande do Sul em um período em que a atividade exaltada e dominante era a pecuária, ou seja, a

⁸ Esta foi a forma como a pergunta foi feita de forma a utilizar uma linguagem mais coloquial possível.

agricultura, e particularmente a familiar que foi aos poucos se constituindo, era considerada degradante. Por essa razão, o termo colono assumiu um caráter negativamente forte para a maioria dos imigrantes e seus descendentes.

Por outro lado, ser agricultor familiar para os paduenses entrevistados significa ter superado os obstáculos iniciais da colonização e ter, hoje, as condições necessárias para produzir e proporcionar à família uma condição de vida antes inimaginada. Então, como algo considerado ruim (ser colono) pode ser equiparado a algo tão benéfico ou melhor (ser agricultor familiar)? Por que 56% das pessoas consultadas afirmou não haver diferença entre ser camponês, colono ou agricultor familiar?

No que se refere a estas questões, as justificativas apresentadas podem indicar um caminho de análise a ser seguido.

Entre a maioria (56%) que afirmou não haver diferença entre as três categorias as justificativas apresentadas caminhavam no mesmo sentido, indicando o fato de terem o mesmo significado, pois todas estavam relacionadas ao trabalho com a terra. Todavia, os 27% que afirmaram perceber diferenças entre as três categorias apresentaram justificativas que acabaram se tornando extremamente importantes para a compreensão da presente situação. Quando da aplicação dos questionários foi muito forte a negação do “ser colono” por carregar em si uma simbologia depreciativa. Muitos optaram por se auto-denominar agricultores familiares pelo simples fato de não querer relacionar o seu trabalho e a sua atual condição financeira e social com a imagem negativa que os outros, e conseqüentemente eles também, têm sobre o “ser colono”. O que pode ser evidenciado nas falas de alguns agricultores⁹:

-“Do colono ninguém gosta, ninguém respeita, é discriminado!”

-“O trabalho na colônia é mais puxado que o dos outros.”

-“Antes era colono, agora é agricultor – tá bem melhor!”

-“Muitos tem vergonha de falar que são colono!”

⁹ Não houve autorização por parte dos agricultores para a identificação de suas falas.

O receio de assumir ou de negar essa condição se fez presente em praticamente todas as conversas realizadas durante as visitas nas propriedades do município. E, é exatamente esta situação que me possibilitou identificar uma séria contradição. Todos se referem ao período da colonização, quando cada família de colonos recebeu uma colônia de terras para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Ainda hoje, é comum ouvir os agricultores de Nova Pádua se referir as suas propriedades como sendo colônias apesar da negação da condição de colono. Da mesma forma, o termo “Produtos Coloniais” é amplamente utilizado para designar a origem e o modo da produção de tais produtos sendo, na maioria das vezes, uma espécie de certificação não oficial de que pães, geléias, biscoitos, vinhos etc., foram produzidos em uma pequena propriedade do interior, de forma artesanal e envolvendo mão-de-obra familiar. Isso demonstra que, se por um lado eles negam a condição do “ser colono”, por outro os “produtos da colônia” são ainda importantes, pois resgatam suas referências culturais.

Mas ainda falta abordar a questão referente ao campesinato. Esta abordagem com certeza foi um dos pontos mais importantes que o trabalho de campo acabou me apresentando.

Na tentativa de tratar esta questão de forma diferenciada me vi diante de uma perspectiva até então desconhecida para mim. Na academia, estava habituado a desenvolver alguns estudos e leituras sobre esta temática tão rica e instigante. Todavia, ao abordar esta questão sob o ponto de vista dos agricultores paduenses alguns elementos me foram apresentados de forma a tornar minha análise mais rica e esclarecedora. Pois bem, as pessoas que se manifestaram sobre esta temática apresentaram justificativas reveladoras quanto às diferenças existentes entre ser camponês, colono ou agricultor familiar, apresentadas nas declarações a seguir:

-“Camponês significa do campo!”

-“Agricultor familiar tem menos terra e o camponês tem mais vantagem!”

-“Agricultor a gente tem certeza que é a família. O camponês vem de outro lugar e se instala. E o colono é antigamente.”

-“O camponês é um grande produtor de gado!”

Estas afirmações me possibilitaram identificar uma associação entre o objeto e a idéia pautada em uma referência simplificada, porém, longe de estar totalmente equivocada. Obviamente o campesinato quando abordado cientificamente possibilita uma análise bastante complexa sobre relações históricas de trabalho, de produção e

de reprodução social acerca da realidade de inúmeras famílias de pequenos agricultores do Brasil e também do mundo. No entanto, ao me defrontar com tais afirmações, ficou claro um provável distanciamento existente entre o que a academia pensa sobre o seu objeto de estudo e sobre o que o objeto de estudo da academia pensa de si mesmo. Fica evidente, a partir das afirmações, que para os agricultores de Nova Pádua as referências teóricas em torno da questão camponesa estão totalmente desconectadas do seu cotidiano. Na realidade, é possível afirmar que tais concepções estão baseadas em uma relação direta e simplificada entre a diferenciação visual do espaço, sua morfologia, e o senso comum da utilização do termo.

O fato de existir uma associação entre o camponês e o criador de gado, e suas maiores vantagens, reflete, na verdade, uma percepção onde estão envolvidos elementos historicamente consagrados como a pecuária extensiva nas grandes propriedades da campanha gaúcha. Essa referência baseada em aspectos biogeográficos e morfológicos está presente, por outro lado, nas suas formas de perceber o seu espaço e as atividades nele desenvolvidas. Ora, eles vivem na Serra Gaúcha, e esta designação de localização está amplamente consagrada por todos e, obviamente, segundo esta compreensão compartilhada coletivamente, serra não é campo pois, segundo um dos entrevistados “[...] *lá a terra é mais plaina e não tem esse monte de perau, além do que aqui tem um monte de verde, de mato que a gente não pode derruba, lá é tudo rasterinho!*”

Fica claro, então, que o auto-reconhecimento em uma condição camponesa não faz parte do cotidiano dos agricultores de Nova Pádua diferentemente do que ocorre, por exemplo, com a maioria dos assentados vinculados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) cuja afirmação dessa condição camponesa está diretamente relacionada a uma extensa pauta de lutas e de reivindicações que permitem uma aproximação mais fácil entre as referências teóricas, políticas e ideológicas e suas atividades cotidianas.

Dessa forma, destaco a importância sobre o debate envolvendo o conceito de camponês e a necessidade de apontar alguns questionamentos no sentido de buscar uma compreensão acerca da disparidade teoria-realidade observada no caso de Nova Pádua e apontada anteriormente.

A obra de Tedesco (1999) é, então, de fundamental importância para a reflexão acerca dos referenciais utilizados pelos habitantes de Nova Pádua na

construção de suas condições de reprodução social e material. O referido autor traz a idéia do *ethos* camponês (característica, estilo, marca, modo de ser) como um dos elementos fundamentais para a análise e a compreensão deste estudo de caso.

As condições materiais da produção desse modo de vida, associadas ao meio e às relações sociais que se constroem a partir dessa, asseguram processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do mundo exterior, da sua organização social para a sobrevivência, para o domínio da natureza e para a construção da individualidade. (TEDESCO, 1999. p.49).

Ou seja, é de vital importância listar e correlacionar todos os fatores presentes na formação histórica de um determinado grupo, bem como suas formas de interação e de convívio, suas condições ambientais, materiais e culturais de reprodução e, principalmente, sua capacidade coletiva de responder a mudanças sem que com isso haja um comprometimento total de suas bases culturais.

Quando falo em uma capacidade coletiva de responder a mudanças me refiro à importância das referências culturais no processo de qualificação produtiva e social quando compartilhadas de forma comum por um determinado grupo. No caso particular de Nova Pádua, as condições políticas, sociais e econômicas de uma Itália recém unificada somada a todo um imaginário construído com relação à nova vida na América e à força de tradições trazidas e reproduzidas pelos primeiros imigrantes italianos permitiram a consolidação de um quadro sociocultural e produtivo bastante homogêneo entre seus habitantes.

Para uma melhor compreensão da situação atual vivida por Nova Pádua se faz necessária a abordagem de três fatores que, na verdade, se apresentam como sendo os pilares de sustentação dessa condição, ou seja, a terra, o trabalho e a família. Através da vivência desenvolvida ao longo do trabalho de campo, foi possível verificar que, na prática, esses três fatores são de extrema importância na consolidação da condição camponesa dos agricultores em estudo. As idéias de trabalho e de “posse” da terra fizeram e continuam fazendo parte dos discursos e do imaginário coletivo desses trabalhadores rurais.

Ser proprietário da terra para os colonos italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul possuía, e ainda possui para os seus descendentes um

significado além do econômico; vinha ao encontro de um imaginário social envolto num sentido de família e de casa; encarnava a figura do patrão, dono do capital e da força de trabalho (idéia do Signore italiano), de conquistador (significado de pioneiro). (TEDESCO, 1999. p.48).

Esta condição pode ser identificada através da pergunta: “o que você considera mais importante: terra, trabalho ou família?” Propus aos entrevistados que estabelecessem uma ordem de prioridades entre estas três opções, que representasse a importância do que havia de mais significativo e forte no cotidiano de suas vidas. O resultado pode ser observado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - O que você considera mais importante:
terra, trabalho ou família?**

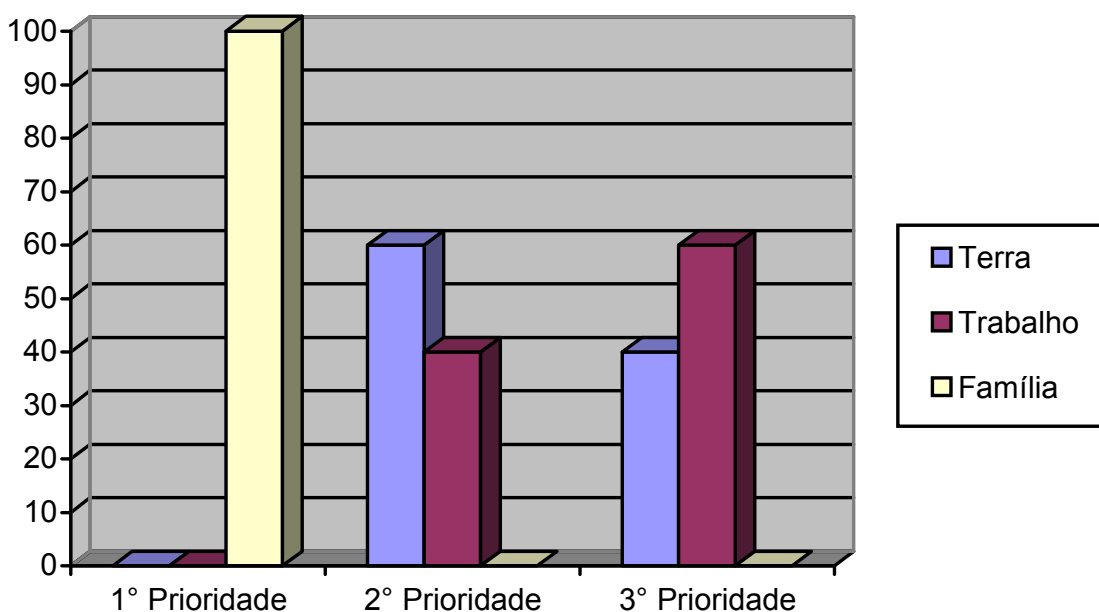


Gráfico elaborado por Tiago O. Nicoloso a partir dos dados obtidos nas entrevistas.

O que pode ser dito, então, sobre o resultado deste questionamento? Embora a enumeração dessas prioridades possa, num primeiro momento, parecer óbvia, na realidade, não expressa o real significado dessas escolhas. Todos, sem exceção, argumentaram que seria muito difícil separar uma coisa da outra ou simplesmente dizer o que para eles seria mais ou menos importante. A principal justificativa referente a esta dificuldade se encontrava no fato de que, para eles,

“Uma coisa depende da outra. Não tem como separar. Sem terra não tem como sustentar a família, mas sem a família fica muito difícil de trabalhar na terra. Tira a família fica só a terra pois não tem trabalho. E se não tem a terra, já viu como é que fica.”

A intenção desta pergunta foi justamente a de provocar a reflexão dos entrevistados sobre a indissociabilidade destes elementos que fazem parte do seu

cotidiano e que da mesma forma são fundamentais para a compreensão teórica de sua condição camponesa.

Existe muita controvérsia acerca do conceito de *camponês*. Inúmeros são os embates teóricos que procuram demonstrar, por um lado, o desgaste do termo, e, por outro, sua sobrevivência.

Para Moura (1986. p.16)

A categoria **camponês**, que etimologicamente vem de **campo** (**campus**, no latim), não é, no meio rural brasileiro, mais rica em conteúdo do que **lavrador**, que contém na raiz a palavra latina **labor**; esta não só quer dizer **trabalho**, mas possui também a conotação de esforço cansativo, dor e fadiga. (grifos da autora)

No entanto, a mesma autora fala que,

os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção. É mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. (MOURA, 1986. p.17-18).

Apesar desta colocação sobre a impossibilidade de afirmação do fim do campesinato, alguns autores passaram a utilizar o termo *agricultura familiar* em substituição ao anterior.

O que torna polêmico o debate sobre estes dois conceitos é o fato de que: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias (VEIGA, 1991, p.190-192; ABRAMOVAY, 1992, p. 21-22) inviabilizaria a reprodução do que Tedesco (1999) chama de *ethos* camponês.

Os teóricos da agricultura familiar defendem: que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo o camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se, assim, um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico – política. (FERNANDES, 2001, p.29-30).

Essa discussão se faz necessária em virtude da atual situação vivida pelos agricultores de Nova Pádua. Situação essa que perfeitamente se enquadraria nos debates sobre agricultura familiar e campesinato já que os mesmos conquistaram um elevado padrão de desenvolvimento técnico, econômico e social. Tudo isso em função do elevado nível de integração ao mercado.

Todavia, se formos avaliar os elementos de ordem histórica e cultural apresentados até o presente momento é possível afirmar que os mesmos são manifestados de forma a permitir a visualização de condições sociais que são compartilhadas entre os membros da comunidade e que possibilitam a construção de sua identidade, aqui entendida, segundo Castells (2002) como o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.

Ainda, Castells (2002) diz que para um determinado indivíduo ou mesmo para um ator coletivo a existência de múltiplas identidades é possível. O que de fato é perfeitamente perceptível se analisarmos tanto nossas próprias vidas como o caso de Nova Pádua em particular.

Da mesma forma, o uso popular do termo identidade, como um processo extremamente normal de transformação da língua, atingiu novas formas de aplicação que, de modo geral, se assemelham à concepção apresentada por Castells.

Um dos motivos que nos leva a pensar neste termo, identidade, é justamente a incerteza posta pelo confronto entre a concepção etimológica (caráter do que é perfeitamente igual ou idêntico) e a conceitual do termo.

Digo isso, pois a consagração de sua múltipla aplicação pelo uso popular torna difícil a sua aceitação e/ou caracterização enquanto conceito, embora isso não impeça sua ampla utilização como tal.

Da mesma forma, a identidade (no sentido mais usual) surge como um conjunto de elementos assumidos e reproduzidos que demonstram que um determinado grupo de indivíduos se difere dos demais. No entanto, o fato desse grupo apresentar uma certa coesão interna, motivo pelo qual foi constituído, não permite que o classifiquemos como um conjunto de indivíduos idênticos. Até porque, o que leva esses indivíduos a selar este pacto de convivência, e a aceitá-lo como seu, transita entre os campos da objetividade e da subjetividade.

Tanto uma quanto outra agem de forma indissociada, pois, segundo Semprini (1999) a própria capacidade de um indivíduo de se pensar como indivíduo e definir as qualificações desta identidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais.

Ou seja, o que somos é o resultado de um processo subjetivo e individual de reconhecimento de nós mesmos no outro, sem que com isso tenhamos que necessariamente sermos o outro. É através das ações objetivas do cotidiano e do encontro com o outro que o indivíduo, subjetiva e conscientemente, se vê como tal.

É nesse ponto que a forma como o indivíduo processa conscientemente e inconscientemente as referências externas a ele, e atribui um valor simbólico às mesmas, se torna um fator importante para a construção da identidade em seu sentido mais amplo.

Chega-se, então, a um ponto onde os fatores de ordem histórica, associados a mecanismos de formação de uma condição camponesa, são (re)dimensionados para a construção de uma identidade que tem no trabalho, na família e na terra (inclusive na estrutura fundiária a ela relacionada) suas bases mais concretas.

Nesse sentido, a discussão em torno da influência da estrutura fundiária e do modo de vida camponês na capacidade de inserção no mercado através da avaliação da dinâmica espacial das suas relações de produção, de comércio e de trabalho torna-se cada vez mais necessária. Sobretudo, em função de que a base teórica disponível trabalha, de um modo geral, sob a perspectiva de que a desestruturação do campesinato, enquanto setor produtivo de extrema importância, é conseqüência da política de um sistema excludente e que toda e qualquer alternativa posta em prática deve ser encarada simplesmente como um avanço ou como uma forma de resistência. O que pretendo afirmar com isso é que considero perfeitamente possível a existência de um modo de vida camponês associado ao mercado visto que a simples adequação dos meios de produção às novas tecnologias existentes não são suficientes para que haja uma alteração significativa na sua essência, naquilo que o move como indivíduo e como membro de um grupo que compartilha os mesmos significados de existência e de reprodução.

Não há interesse algum por parte deste trabalho desconstruir a idéia de que as alternativas apresentadas devam ser ignoradas. Pelo contrário, um dos objetivos dessa pesquisa é justamente identificar e disponibilizar as informações que possam apontar os fatores presentes nas relações supracitadas e de que forma estes assumem uma dinâmica espacial capaz de provar, ou não, a capacidade produtiva e a eficácia da agricultura camponesa no caso em questão.

2.1 – A família e o trabalho

Grosso modo, é possível afirmar que os reflexos da economia mundial e dos padrões de vida atuais são notados de forma significativa na estrutura das famílias de Nova Pádua. Tal característica, no entanto, representa todo um processo de adaptação da estrutura familiar às novas condições de vida e de trabalho dos tempos atuais em contraposição a uma característica cultural trazida pelos primeiros imigrantes italianos que ocuparam a região e a presente situação fundiária.

Num primeiro momento da história do município, um número elevado de filhos representava uma mão-de-obra extremamente necessária, tanto é que, ainda hoje, encontramos pequenos proprietários que fazem parte de uma família bastante numerosa: 8, 10, até 14 filhos. Todavia, as gerações mais recentes não seguiram o mesmo caminho. A necessidade de aumento da produção associada à utilização de insumos agrícolas fez com que o tamanho da propriedade se tornasse incompatível com o número de pessoas que dela dependiam para sobreviver. O que se observa como resultado deste processo é uma redução considerável para 2 filhos ou no máximo 3 por casal.

Segundo os dados obtidos com os questionários aplicados, é possível verificar essa mudança da composição familiar nos dados da Tabela 1 que apresentam a média do número de irmãos dos entrevistados, distribuídos segundo a faixa etária dos mesmos.

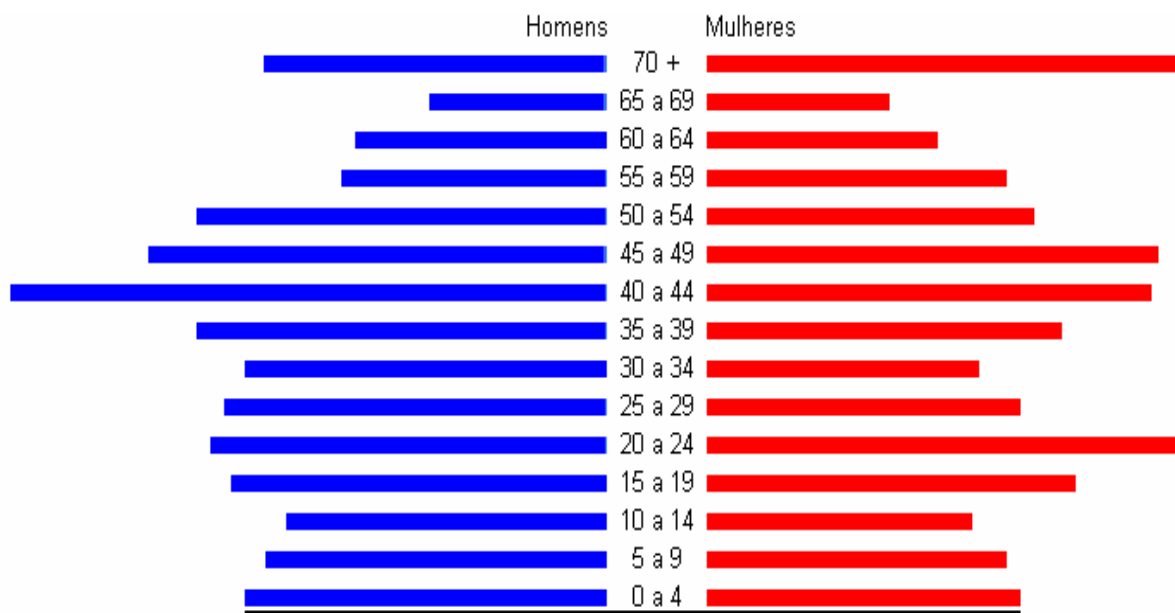
Tabela 1 - Média do número de irmãos incluindo os entrevistados

Faixa etária dos entrevistados	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 ou +
Média do nº de irmãos	2,75	3	8,25	6,5	12	16

Fonte: Dados obtidos através das entrevistas realizadas em Nova Pádua.

A redução do número de filhos vem ao encontro de uma pretensão maior de garantir a posse da propriedade pela família, tendo em vista que o acesso à terra se dá, na maioria das vezes, por herança. Esta colocação se torna mais evidente analisando-se a população de Nova Pádua por faixa etária e sexo para o ano de 2005 conforma demonstra o Gráfico 4.

**Gráfico 4 - População de Nova Pádua
por faixa etária e sexo - 2005**



Fonte: IBGE.

A situação atual do município, representada aqui pela sua configuração etária, demonstra a adequação da estrutura familiar destes agricultores em relação às novas condições de trabalho e de vida. Se antigamente um maior número de braços representava uma necessidade inquestionável para o bom desenvolvimento do trabalho na colônia, hoje, o acesso a instrumentos tecnológicos substituiu, em parte, essa primeira demanda.

Num primeiro momento seria lógico afirmar que a introdução de tecnologias cada vez mais avançadas reduziria o tempo de trabalho desses agricultores e, conseqüentemente, lhes permitiria usufruir um tempo maior de descanso e de lazer. No entanto, o que se observa é uma situação, de modo geral, bastante oposta. Como o incremento dos meios de produção vieram junto os custos para a manutenção dos mesmos. Para se ter uma idéia, segundo dados fornecidos pela EMATER local (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o município de Nova Pádua acumula mais de 10 milhões de reais em crédito para investimentos obtidos através do Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar (PRONAF).

“No total de crédito só em investimento... onde foram feitos novos pomares... de viticultura, de fruticultura de pêssego, ameixa, maçã e pêra, principalmente caqui,

e mais na infra-estrutura... então aí câmaras frigoríficas, galpões para alho, equipamentos, tratores... hoje se tu andar por aí quem não tem dois trator tem três. Também câmaras frigoríficas já com classificadores de fruta... classificadores de pêssago que antigamente era feito tudo manual. A questão do alho já toda mecanizada desde a parte da classificação, da embalagem. A cebola já temos até máquina para cortar a cebola, que também era tudo manual... cortar a folha, cortar a raiz, que antigamente era tudo manual. Então o pessoal tá investindo”. (Entrevista na EMATER de Nova Pádua)

A falsa ilusão de que para se obter maior rentabilidade com a venda da produção passava, necessariamente, por um incremento tecnológico dos meios de produção fez com que a grande maioria dos produtores do município buscasse junto ao governo federal e aos bancos linhas de crédito para o financiamento destes investimentos. A necessidade do cumprimento dessas dívidas associada a uma diversificação produtiva e a uma redução do número de membros da família fez com que o trabalho exercido por esses produtores se intensificasse e se distribísse de forma relativamente homogênea ao longo do ano conforme os diferentes períodos de plantio, de tratamento e de colheita das mais variadas culturas. Obviamente que os ganhos acumulados com essa forma mais mecanizada e mais controlada tecnicamente de produzir foram enormes. Muitos dos investimentos de infra-estrutura como água encanada, energia elétrica, telefonia fixa, asfalto, em alguns casos, além de maquinário agrícola, carros e eletro domésticos só foram possíveis diante de um aumento significativo dos ganhos financeiros acumulados pelo conjunto dos produtores do município. O que tal situação expõe, num primeiro momento, é que um simples aumento dos ganhos financeiros desses produtores reverteriam, necessariamente, em um acréscimo direto na arrecadação do município. Porém, somente o incremento da arrecadação municipal não seria suficiente para a concretização de tais investimentos em infra-estrutura. A parceria entre o conjunto dos produtores com a administração municipal foi a forma encontrada para solucionar muitos problemas que afetariam a dinâmica produtiva de cada agricultor individualmente como também a própria economia do município. Ou seja, sem o ganho particular o município não arrecada, sem a arrecadação o município não tem dinheiro, e sem a soma de esforços de ambos os lados as grandes obras não seriam viáveis.

Mas o que torna tudo isso possível é o cotidiano vivido e baseado em sólidas relações de vizinhança, de comunidade.

É muito interessante observar em Nova Pádua que os bens materiais adquiridos pelas famílias representam a esfera do particular, do próprio, do meu. Até mesmo alguma rivalidade muito moderada pode surgir quando se cria a situação do tipo :

“Se ele tem eu também tenho que ter!”

Mas o que é isso, senão uma disputa entre irmãos? Sim, irmãos, pois é dessa forma que as pessoas entrevistadas se viam diante da relação vivida com seus vizinhos. Isso fica mais evidente quando 100% dos entrevistados manifestaram dificuldade em imaginar suas vidas sem seus vizinhos. Segundo eles, o vizinho é o membro de uma segunda família construída e conquistada no dia-a-dia, sobretudo se levarmos em conta que 52,13% do conjunto dos irmãos dos entrevistados não permaneceu no município por falta de terras disponíveis para seu trabalho. Desse modo, quando alguém está doente é ao vizinho que se recorre para pedir remédio ou ajuda para levar ao hospital mais próximo. E como uma família, essa solidariedade também se manifesta na forma de trabalho.

Como mencionado anteriormente, a reestruturação do número de membros da família ocasionou, na grande maioria dos casos, um redimensionamento na forma de trabalhar e ao mesmo tempo um fortalecimento de uma prática característica do campesinato que eles denominam de “troca de dias”. Na troca de dias um grupo de produtores, vizinhos mais próximos, normalmente, se reúne em uma determinada propriedade para a execução de uma jornada de trabalho coletivo. Quando as necessidades são sanadas, esse grupo se desloca para a propriedade de um outro vizinho que também colaborou com as atividades da primeira.

“Sim, sim... teve um caso aqui que estourou um açude ali que levou embora 2ha de parreira ali... toda a comunidade se prontificou em ir lá, em tentar erguer o parreiral... em levar embora as pedra... porque não parece mas pedra do tamanho de carro ai... rodou morro abaixo e pegou no parreiral. A força da água ela é impressionante. O mutirão foi feito... quando... ou cai o parreiral em tempo de muita chuva ai que ele ta carregado... toda a comunidade se prontifica em ir lá fazer a ajuda...”

No geral, o casal ainda é o principal responsável pelas atividades dentro da propriedade uma vez que os filhos, em muitos casos, encontram-se envolvidos na

formação escolar e não dispõem de tempo integral para auxiliar nas atividades. Durante o período escolar os adolescentes, principalmente, acabam por colaborar de forma parcial com as atividades da colônia. Alguns, posteriormente, acabam optando por dar seguimento aos estudos buscando uma formação acadêmica que, em muitos casos, servirá futuramente para qualificar cada vez mais as atividades desenvolvidas pelos pais (Agronomia, Enologia, Veterinária, Administração, Comércio Exterior, etc). Apesar desses jovens terem a oportunidade de alcançar um nível de escolaridade maior que o dos pais não significa necessariamente que eles queiram abandonar completamente a vida na colônia. Muitos estão assumindo não só a administração da propriedade da família como também estão assumindo a frente de todas as atividades básicas e fundamentais (plantio, colheita etc). Isso está diretamente relacionado à formação desses jovens enquanto membros responsabilmente atuantes na reprodução das tradições familiares e comunitárias. Se por um lado é possível observar este envolvimento dos jovens com a manutenção do trabalho e da história da família, por outro não é possível negar que uma outra parte destes jovens esteja gradualmente se afastando de uma rotina baseada no trabalho com a terra. No primeiro caso, o que possibilita que muitos jovens permaneçam a desenvolver o trabalho dos pais é a valorização do sentimento de responsabilidade com as conquistas da família e que ganha respaldo da comunidade quando relacionado com a história de formação do grupo em questão. Ou seja, o discurso dos mais velhos envolvendo as histórias de superação, de desafios e, principalmente, de conquistas dos seus antepassados projeta no jovem uma responsabilidade muito grande de manutenção e de qualificação desta condição. Na medida em que este adolescente assume tal responsabilidade e se propõe a dar continuidade ao trabalho da família ele acaba por receber o respeito dos pais e da comunidade e passa a ser um agente ativo na manutenção e/ou transformação qualificada das tradições do grupo. E neste caso, o envolvimento pode ser dar através de um aprimoramento técnico ou a simples reprodução daquilo que foi aprendendo pela observação, pela narrativa ou pela experimentação, ao longo dos anos. No sentido oposto encontram-se os jovens que buscam uma outra alternativa de vida. Neste caso, é possível enquadrar uma parcela dos jovens que não tem no trabalho com a terra um projeto de vida. Alguns jovens, com quem conversei ao longo de minhas visitas à Nova Pádua, me falavam que não pensavam em continuar morando e trabalhando nas terras dos pais.

Quando questionados sobre o porquê desta decisão as justificativas se centravam na seguinte idéia:

“Não quero ser escravo do trabalho que nem eles. Eles tão sempre trabalhando!”

Se formos resgatar a idéia depreciativa que se construiu em torno da figura do colono fica fácil de imaginar o que tem motivado muitos jovens a não querer continuar o trabalho dos pais. No entanto, é preciso acrescentar outros dois elementos muito importantes na análise desta situação: a atração exercida pelo modo de vida urbano e o respaldo que este recebe do sistema educacional vigente. Neste caso, fica evidente que as múltiplas possibilidades que a vida na cidade pode oferecer faz com que muitos jovens reflitam sobre o que eles têm e sobre o que eles podem vir a ter. A televisão acaba funcionando como o veículo de propaganda de uma vida aparentemente regrada pela liberdade de escolha e, principalmente, pela flexibilização do tempo. Estes dois elementos tornam-se, então, fundamentais na tomada de decisão desses jovens sobre o que querem para o seu futuro. Certamente, ao estabelecer um comparativo entre o que a história dos pais lhes ensinou e o que há fora deste mundo de tradições e de muito trabalho eles acabam por optar pelo que parece, num primeiro momento, mais fácil e mais atraente. Todavia, é importante lembrar que estes mesmos jovens quando entram em contato com o conhecimento disponível nas escolas estabelecem parâmetros de reflexão que não estão pautados nos elementos que compõem sua vida, sua história. A intenção deste trabalho não é a de realizar uma profunda análise sobre os efeitos de uma educação viciada sobre a vida dos jovens de Nova Pádua. Todavia, é importante lembrar que a ausência de uma prática pedagógica que tenha como base as referências culturais, econômicas e ambientais de uma comunidade específica pode estar prestando um serviço com efeitos inversos ao de valorizar tais referências. Essa situação fica mais evidente se analisarmos a seguinte questão apresentada aos entrevistados: *O estudo pode afastar teu(s) filho(s) do trabalho na terra? Como? De que forma?* A presente questão expõe, na verdade, um sentimento de total incerteza quanto a continuidade das atividades desenvolvidas nas propriedades. Dos 30 entrevistados 14 possuíam filhos em idade escolar (46,66%); 11 possuíam somente filhos com mais de 20 anos (36,67%) dos quais 54,54% completaram o ensino superior; e 5 não possuíam filhos (16,67%).

Dos 46,66% que possuem filhos em idade escolar 57,14% afirmaram que seus filhos darão continuidade ao trabalho que eles desenvolvem na terra embora esta afirmativa, na verdade, esteja carregada de incertezas. Todos querem que os filhos estudem para que sejam “alguém na vida”, acreditam que o estudo torna as pessoas melhores e mais qualificadas para o trabalho. Todavia, desses mesmos 14 entrevistados com filhos em idade escolar 64,28% dizem que o estudo pode afastar os filhos do trabalho na terra. Na verdade, esta situação acaba por expor uma espécie de conflito entre aquilo que se deseja e aquilo que a realidade, a conjuntura, permite ou indica como sendo o melhor caminho a seguir. Se dependesse somente da vontade dos pais, os filhos permaneceriam vivendo e trabalhando na colônia. Para boa parte dos jovens a escola, a televisão e a internet são as portas que dão acesso a um mundo onde as possibilidades são maiores, onde o tempo é mais flexível, onde as perspectivas são mais amplas, mas, onde os riscos e as incertezas são diretamente proporcionais. O que me chamou muito a atenção sobre este ponto, particularmente, foi perceber que no princípio a idéia de ser proprietário de um pedaço de chão e de conseguir sustentar a família dignamente com a força do seu trabalho foi o que impulsionou milhares de italianos a emigrar para o Brasil. Hoje, no entanto, esta forma de trabalho outrora tão digna convive cotidianamente com a valorização e a depreciação. E esse conflito de idéias, essa possível incerteza quanto ao futuro, estudar ou não estudar, permanecer ou sair, divide as idéias em Nova Pádua. Segundo o total da amostragem, 50% dos entrevistados afirmam que o estudo afasta os filhos do trabalho na terra enquanto os outros 50% afirmam o contrário. Fica claro, analisando as justificativas apresentadas, que o tema central deste debate é o trabalho. Alguns afirmam que quem estuda e vai para a cidade ganha mais e trabalha menos; que o trabalho do agricultor não é muito valorizado na cidade; ou que na cidade tem mais possibilidade de empregos que valorizam o trabalho. Por outro lado, há os que afirmam que quem realmente gosta de trabalhar pode muito bem estudar e continuar trabalhando na colônia; ou que a violência gerada pela falta de emprego na cidade faz com que muitos pensem melhor no que poderiam estar perdendo em termos de qualidade de vida se fossem embora.

Em suma, essa é uma situação que depende diretamente da capacidade individual e coletiva desses agricultores de resolver problemas que possam desestabilizar ou reforçar sua condição camponesa.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como à maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc. (WANDERLEY, 1999, p.29)

Enquanto isso, mesmo com a ajuda dos vizinhos através da troca de dias, em períodos em que nem mesmo todo o esforço da família seria suficiente para atender a demanda de trabalho, a contratação de mão-de-obra temporária torna-se inevitável.

Este contingente extra de trabalhadores provém dos mais diversos lugares do próprio estado do Rio Grande do Sul como também do estado do Paraná, como exemplifica a Figura 5. A forma de contratação e de pagamento varia muito conforme o tipo de trabalho a ser desenvolvido e o tempo necessário para a realização do mesmo. A uva, o alho e as frutas absorvem quase que a totalidade desta mão-de-obra já que estes produtos correspondem ao eixo principal da economia paduense, e cada uma dessas culturas requer um tipo diferenciado de trabalho. O valor do trabalho pode ser feito por dia trabalhado, por quantidade ou por metros quadrados colhidos etc. Tudo é negociável e os valores mudam de uma atividade para a outra e de um ano para o outro.

Figura 5 – Trabalhador temporário limpando o alho colhido.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso

Normalmente, os trabalhadores temporários se hospedam e fazem as refeições juntamente com a família contratante. Este convívio possibilita um conhecimento maior do trabalhador contratado e estabelece um contato prévio para uma possível outra contratação.

No entanto, essa contratação temporária vem sofrendo algumas modificações. Ainda hoje é comum, como relataram alguns entrevistados, aparecer pessoas no município que vão de casa em casa à procura de trabalho. Há alguns anos o não conhecimento prévio da pessoa contratada fazia parte dos contratos de trabalho, hoje as relações são outras. Em virtude do aparecimento de pessoas em busca de trabalho que possuíam passagem pela polícia fez com que os agricultores de Nova Pádua assumissem uma postura mais cautelosa em relação a este assunto. Segundo os entrevistados, o aumento do número de fugitivos da polícia que tentavam utilizar o trabalho temporário nas pequenas propriedades do interior fez

com que a contratação reduzisse bastante ou incorporasse novas regras. Atualmente, as contratações se dão por indicação de parentes ou amigos que moram em outras cidades ou estados, e também pelo conhecimento prévio do trabalho do contratado que, neste caso, provavelmente já trabalhou anteriormente com o contratante.

Essa situação de incerteza que agora está presente no cotidiano dos produtores de Nova Pádua fez com que se fortalecessem as relações de vizinhança e, com isso, a prática cada vez mais constante da “troca de dias”. Analisando tal situação em números, 40% dos entrevistados afirmaram nunca contratar mão-de-obra temporária; 6,6% afirmaram que raramente contratam gente de fora para trabalhar, pois quando a troca de dias não é possível e algum membro da família se encontra impossibilitado então a contratação é feita; e 53,4% afirmaram contratar mão-de-obra temporária em períodos de trabalho mais intenso. Na verdade, se somarmos os que não contratam com os que raramente o fazem teremos praticamente um equilíbrio. Se por um lado a necessidade dessa mão-de-obra extra se faz presente, por outro a incerteza e o zelo pela segurança e bem-estar da família fazem com que hábitos tradicionais como a troca de dias se apresente mais forte e ressignificada.

A presente situação nada mais é que um dos mais variados reflexos da interação destes produtores rurais com as regras do sistema capitalista que os permitiu acumular ganhos materiais e sociais, mas que também os coloca em uma condição de impotência frente às oscilações do mercado. Oscilações essas que, além de gerarem a necessidade de mão-de-obra extra, transformam, e, a qualquer momento, colocam esta mesma mão-de-obra na condição de excluída. Dessa forma, a interação constante com as regras do mercado faz com que se tornem cada vez mais comum a busca e o convívio entre diferentes formas de se reproduzir e de produzir.

Todavia, quando se fala desta inserção, é importante destacar um fator de ordem cultural como um elemento fundamental na afirmação deste processo entre os produtores de Nova Pádua. Isto se deve ao fato de que a escolha, muitas vezes preferencial, por trabalhadores externos está apoiada na idéia de diferenciação das origens. Ou seja, apoiados na certeza, coletivamente compartilhada, de que os italianos são culturalmente mais aptos ao trabalho é comum ouvir frases carregadas

de orgulho onde o gosto pelo trabalho possibilitou a transformação de uma espaço selvagem em um espaço rico, organizado, produtivo, bonito e civilizado.

Na medida em que se estabelece esta distinção entre italianos e brasileiros, expõe-se a justificativa de que *“nós não costumamos contratar gente aqui da região porque eles não levam jeito pra este tipo de trabalho”*. Esta frase, embora externalizada por um só agricultor, carrega em si uma idéia fortemente compartilhada entre a comunidade. Na realidade, o que se insinua ou explicitamente se quer dizer é que, as pessoas que carregam nas veias o sangue de origem italiana não têm vocação para ser empregado, e se o for, trabalhará com extrema dedicação e responsabilidade, pois *“a gente gosta de trabalhar, mas isso é da gente. Não é qualquer um que faz o que a gente faz e gosta do que tá fazendo”*.

Enfim, o caso de Nova Pádua representa a antítese entre vários elementos e que encontra nesta contradição, neste conflito, os fatores que geram a certeza indiscutível de sua formação, de sua origem. Em Nova Pádua, o ser ou não ser, o ter ou não ter representam a definição pela incerteza, o presente no passado e o futuro não muito distante do agora e do ontem. Mas todas essas abstrações, todas essas idéias, essas referências, em dado momento na história, precisaram de uma base bastante sólida e segura para que o processo de enraizamento se iniciasse e se consolidasse. Era preciso chão, era preciso terra.

2.2 – A terra e a estrutura fundiária

O município conta, hoje, com uma economia centrada na agricultura diversificada cuja força de trabalho é predominantemente familiar. Ao total, existem 514 propriedades e sua dimensão varia entre 10 e 40ha, existindo casos isolados em que o tamanho da propriedade excede os 50ha.

Figura 6 – Imagem de uma propriedade de Nova Pádua.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso

Existem também poucas indústrias ligadas ao comércio de madeira, mas nada significativo, uma vez que a administração do município adota como política o apoio à agricultura e não a industrialização. Esta última não é bem vista pela comunidade, de uma forma geral, em virtude dos prováveis problemas sociais, econômicos e estruturais que decorrerão desta transformação.

Mas para uma compreensão mais abrangente da situação vivida em Nova Pádua é importante que se faça uma análise da sua estrutura fundiária, ou seja, entender o papel da forma de ocupação, delimitação, utilização e distribuição das terras do município. Nesse sentido, cabe resgatar, brevemente, que a demarcação dos lotes posteriormente ocupados pelos colonos, variavam entre 25 e 30ha, como bem mostra a Figura 7 – Mapa do parcelamento de terras do município de Flores da Cunha, e que tais dimensões em pouco mudaram ao longo dos anos. Dessa forma, sua distribuição espacial possibilitou o desenvolvimento produtivo baseado em relações de parceria, de cooperação mútua.

Como mencionado anteriormente, o estudo desenvolvido por Leo Waibel (1979) descrevia o sistema agrícola adotado pelos colonos como sendo primitivo (rotação de terras combinada ou não com a criação de gado) pois relacionava de forma inadequada as características físicas da terra com o sistema agrícola adotado. Sendo assim, para esse autor esse sistema seria apropriado em se tratando de grandes propriedades, mas, em pequenas propriedades, como no caso em questão, a terra assumiria o papel de elemento estrangulador do processo produtivo.

Dessa forma, fica impossível não estabelecer, mesmo em linhas gerais, um comparativo entre as colocações de Waibel e o que define o Estatuto da Terra com relação ao módulo rural. Sendo assim, segundo o Estatuto da Terra (lei nº 4504, de 30/11/1964), a classificação das propriedades rurais, usa como critério o tamanho da propriedade e o uso da terra. Esta classificação tem por base o módulo rural¹⁰ que vem a ser um imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva-lhes toda a força de trabalho garantido-lhes, assim, a subsistência e o progresso social e econômico, sendo sua dimensão fixada para cada região e tipo de exploração.

Todavia, esta definição de módulo rural se apresenta como um elemento de análise um tanto quanto estático e incompleto.

Na medida em que se estabelece a dimensão de uma determinada propriedade levando apenas em consideração sua capacidade de possibilitar os recursos necessários à sobrevivência de uma família, elimina-se, então, qualquer possibilidade de se trabalhar com a idéia de superação do estágio de agricultura de subsistência. Fato este totalmente presente em Nova Pádua, tendo em vista que o módulo rural de referência para o município, segundo a EMATER local, é de 12ha, e que neste encontram-se propriedades cuja área agricultável ou de fato utilizada é inferior a este índice. Segundo o Estatuto da Terra, estas propriedades seriam classificadas de minifúndios (área inferior a 1 módulo rural) por não apresentarem as condições necessárias para o sustento de uma família. Na prática, a realidade é totalmente oposta.

¹⁰ A partir de 1980 foi incorporado ao Estatuto da Terra o módulo fiscal, que difere muito pouco do módulo rural quanto a sua definição. Porém, este é um dispositivo legal relacionado à cobrança de impostos sobre o imóvel rural.

Da mesma forma, a contribuição de Leo Waibel (*minimale Ackernahrung*), coloca a possibilidade de enumerar uma série de questionamentos na medida em que, também se vale da dimensão da propriedade como base de sua análise.

Partindo do princípio, então, de que tanto o conceito de módulo rural como o de *minimale Ackernahrung* trabalham com as noções de estrutura fundiária, de estrutura familiar e de prática agrícola, mesmo que de maneiras diferenciadas, torna-se pertinente a seguinte questão: Tais conceitos teriam a mesma validade, na medida em que a estrutura familiar e a prática agrícola sofreram transformações significativas, mesmo que sobre uma estrutura fundiária praticamente inalterada?

Pois bem, esta é a questão fundamental que faz com que Nova Pádua torne-se objeto desse estudo, sobretudo, dentro da Geografia Agrária.

As atividades agrícolas praticadas no município geram um desenvolvimento homogêneo tanto econômico como social. E tal desenvolvimento só é homogêneo, pois os elementos culturais, políticos e econômicos que o garantem são compartilhados por todos. O executivo municipal exerce um papel de extrema importância para a configuração desta situação. Todas as políticas públicas estão voltadas para a garantia de uma condição de vida adequada dos habitantes do município, e isso só é possível a partir do seu excelente desempenho econômico.

A prefeitura, por exemplo, fornece o maquinário, gratuitamente, para a construção de açudes, e, se necessário, cobra apenas o combustível quando o equipamento é utilizado na produção propriamente dita.

A assistência técnica disponibilizada pela EMATER também foi, e continua sendo, um fator de extrema importância para o desenvolvimento econômico do município. Na prática, a presença da EMATER no município e a consolidação de seu escritório municipal após a emancipação de Nova Pádua, pode ser considerada como um divisor de águas, sobretudo no que se refere ao acesso à informação e à qualificação produtiva.

Como mencionado anteriormente neste estudo, a estrutura familiar passou por um processo profundo de reestruturação. Os reflexos da economia mundial impuseram, no caso de Nova Pádua, uma adaptação da estrutura familiar às novas condições de vida e de trabalho dos tempos atuais.

A estrutura do núcleo familiar camponês foi alterada. Seu acesso à informação se ampliou de forma significativa. Mas a base espacial de seu processo

de produção e de reprodução, a terra, e sua estrutura fundiária, sofreram alterações proporcionalmente menos importantes.

Para se ter uma idéia, um dos itens presentes no questionário aplicado no trabalho de campo se referia à relação entre o tamanho da propriedade e a área utilizada para a produção. O resultado da amostragem pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2 – Proporção entre o tamanho da propriedade e a área utilizada.

Tamanho da propriedade em ha	Área utilizada para a produção em ha
24	18
2	2
15	8
7,4	4
15	15
11*	2
5*	2
20	8
30	3
16	16
30	7
45	25
60	30
31	28
16	3
11	9
1	1
16,3	5
22*	10
12,3	8,61
20	8
7	7
22*	7
11*	4
15,5	6
20	9
25	13
22	15
16	10
70*	7
20*	15
16*	16
15*	8
Total: 669,5ha	Total: 329,61ha
* As terras em destaque são utilizadas em parceria: pai/filho – sogro/genro – vizinhos.	

Dados obtidos a partir das entrevistas com os agricultores de Nova Pádua.

O que pretendo demonstrar com a Tabela 2 é que existe uma diferença significativa na relação tamanho da propriedade/área utilizada para a produção.

Normalmente, para fins de análise, o tamanho da propriedade é o principal elemento para definir a capacidade produtiva de um agricultor e, principalmente, se sua produção terá condições de apresentar preços competitivos no mercado.

Se de um modo geral é comum se estabelecer uma relação direta e proporcional entre o tamanho da propriedade e a sua capacidade produtiva, o que dizer, no caso da amostragem, quando um dado demonstra que do total de terras disponíveis apenas 49,23% são utilizadas para produzir alguma coisa?

Talvez seja esse o elemento que exponha a importância da atividade camponesa como além da meramente produtiva. Se por um lado a estrutura fundiária pode representar um fator restritivo na relação terra – trabalho – produção, por outro, os elementos de ordem cultural redimensionam a lógica capitalista e dão ao modo de vida camponês a importância para demonstrar uma ressignificação na valorização da terra, do trabalho e da família.

Cabe ressaltar, ainda, que as características topográficas do município impõem um outro fator de dificuldade a essa situação. Muitas propriedades que encontram-se em áreas cuja declividade acentuada – em muitos casos superior a 45 graus – se apresentam como um obstáculo à atividade produtiva. Por essa razão, muitos dos entrevistados não utilizam o total da área disponível em suas propriedades, como bem demonstrou a Tabela 2.

Figura 8 – Imagem destacando a topografia predominante em Nova Pádua.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Figura 9 – A topografia como limitante da atividade produtiva.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Portanto, o que se verifica em Nova Pádua é exatamente uma inversão dos fatores principais que levaram Leo Waibel (1979) a analisar as práticas agrícolas no sul do Brasil e, sobretudo, a estranhá-las.

Waibel verificou que o sistema de rotação de terras utilizado pelos colonos europeus era incompatível com a dimensão de suas propriedades. Realmente esta prática gerava uma impossibilidade de subsistência por acarretar desgaste do solo, tornando-o improdutivo. No entanto, o problema da produtividade foi solucionado com a substituição da rotação de terras pela rotação de culturas. Esta rotação de culturas associada à diversificação da produção permite que hoje os descendentes dos primeiros italianos que ocuparam a região não passem pelas mesmas privações que seus ancestrais.

Ou seja, o resgate contínuo da tradição apoiado por uma distribuição espacial das propriedades que favorece o fortalecimento de relações de amizade, de vizinhança, resulta em um quadro onde a incorporação de tecnologias ao processo produtivo não interfere de forma significativa na essência do fator que mantém elementos antagônicos em uma certa harmonia: o modo de vida camponês.

3. PRODUÇÃO E ARTICULAÇÃO ECONÔMICA

Pensar a questão produtiva significa articular os elementos de análise que permitam compreender e até mesmo visualizar sua importância como estratégia de desenvolvimento socioeconômico, sua articulação e dinâmica espacial e sua importância na manutenção e na reprodução da identidade de uma determinada comunidade.

3.1 – A questão produtiva como estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

A argumentação teórica proposta neste trabalho vai de encontro com o trabalho desenvolvido por José Eli da Veiga (2001) intitulado "O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento". Nesse trabalho o autor coloca que,

a redemocratização fez amadurecer dois projetos para o campo que agora colocam a sociedade brasileira diante de uma incômoda alternativa de estratégia. O primeiro, de caráter setorial, visa maximizar a competitividade do chamado agrobusiness. (...) O outro projeto visa maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesoregiões rurais do imenso território brasileiro, e no maior número possível de suas microregiões rurais. (p.5)

A postura defendida pelo referido trabalho trata o campesinato (ou melhor dizendo a agricultura familiar) como o centro de uma alternativa para o fortalecimento das economias locais, o que não deixa de ser uma verdade. No entanto, as pequenas propriedades que se encontram em um contexto onde são disponibilizados os meios de produção e de comercialização necessários ao bom desempenho podem assumir tamanha importância e peso perante a economia tanto como as referidas por Veiga, podendo, inclusive, ultrapassar as esferas da escala local e mesmo da regional. O que se expõe, na verdade, é uma estratégia que não visa solucionar problemas estruturais, mas sim gerar medidas paliativas através de uma pré-qualificação de capacidade e de potencialidade produtivas.

TOLEDO (2002) fala que:

O debate sobre a relação entre a eficiência ou produtividade e o tamanho da propriedade foi sempre intenso e polêmico. No entanto, nos últimos anos tem-se acumulado numerosas evidências que mostram a superioridade econômica e ecológica da pequena produção familiar em relação às propriedades médias e grandes. (p.27)

Na realidade o que percebo é que no centro dos debates que se estabelecem sobre a questão produtiva e sua importância como estratégia de desenvolvimento socioeconômico estão os interesses setoriais da agricultura mecanizada e exportadora disfarçados sobre o discurso de uma suposta capacidade superior na geração de desenvolvimento. Em Nova Pádua é possível encontrar os elementos que possibilitam a ampliação deste debate e que demonstram na prática que a agricultura em pequenas propriedades, ou a agricultura familiar, ou a agricultura camponesa possuem plenas condições de assumir papel de destaque no desenvolvimento socioeconômico nacional. Sendo assim, nesse mesmo município, é possível identificar os principais elementos que desconstróem a idéia defendida por Veiga (2001) de que a escala de eficiência econômica da agricultura camponesa se reduz à local ou à regional.

De um modo geral, estar integrado ao mercado significa, em diferentes escalas, estar subordinado à lógica/razionalidade externa dominante.

Cabe lembrar que a relação estreita da indústria com a agricultura se consolidou através do Estatuto da Terra. No entanto, para que o quadro atual da base produtiva brasileira se concretizasse foi necessário que a rotação do capital se tornasse viável. Isso significa aproximar ao máximo o tempo de produção e o tempo de trabalho na agricultura aos da indústria, estabelecendo um certo equilíbrio entre a taxa média de lucro de um e de outro.

Os efeitos mais visíveis desta relação estão no fato de que a atividade agrícola que se modernizou está, majoritariamente, voltada para a exportação e/ou para a produção de bens intermediários demandados pela agroindústria.

Esta mesma atividade agrícola, no entanto, integra cadeias produtivas das quais é o elo fraco, visto que são os capitais industrial e financeiro que possuem o controle das mesmas.

As empresas mais fortes, especialmente multinacionais, não se dedicam a atividades de plantio, mas sim ao processamento industrial, à circulação e à comercialização, interna e externa. É nessas esferas que aumenta o valor agregado dos produtos e se definem, de um lado, a remuneração do produtor e, de outro, os preços que serão pagos pelo consumidor. (BENJAMIN, artigo da internet)

A modernização da agricultura, como bem caracteriza o Estatuto da Terra, está vinculada ao interesse do Estado de ampliar a produção industrial e não a uma demanda interna dela própria.

Essa modernização implica, também, em uma mudança de comportamento por parte dos agricultores.

A integração cada vez mais ampla com os diferentes elementos da cadeia produtiva ligados a setores industriais, impõe ao produtor uma posição de administrador para além do seu estabelecimento, de conhecimento do mercado, e de associação com seus pares na defesa de seus interesses comuns.

Isso nos remete à idéia de rede, as quais assumem o caráter operacional desta racionalidade externa. E por esta razão, este conceito permite melhor analisar e compreender as conexões que levaram à construção de uma identidade própria; as conexões que permitiram a criação de uma regionalização aceita e consagrada interna e externamente; e as conexões que alteram cotidianamente as relações homem-meio materializadas no espaço através da paisagem.

Mas será que o mercado e suas regras somados a uma racionalidade urbano-industrial possuem as condições plenas de descaracterização da agricultura camponesa a ponto de igualá-la aos demais setores da produção agrícola?

Não há a menor dúvida que, nesse caso, a conjuntura atual efetivamente exerce uma grande influência sobre a agricultura camponesa. O que me leva a fazer tantos questionamentos é a existência de uma tendência a supervalorizar a produtividade, e sua capacidade de geração de capital, como sinônimo direto e unilateral de desenvolvimento socioeconômico.

Ao apontar esta questão me refiro ao fato de que a geração de capital quando dissociada de uma valorização dos saberes locais, das características culturais de um determinado grupo e das condições ambientais do espaço onde os mesmos vivem, trabalham e se reproduzem culturalmente, não é suficiente para a geração de desenvolvimento socioeconômico.

Na agricultura camponesa, a diversificação da produção garante um elevado potencial produtivo em terras cuja dimensão, teoricamente, não o permitiria.

Além disso, esta forma de uso da terra possibilita uma significativa capacidade de autonomia econômica e política, e que se reflete na qualidade de vida destes produtores bem como na sua facilidade de acesso aos meios técnicos e aos bens de consumo.

No caso de Nova Pádua, é possível perceber uma relação direta entre o interesse e a abertura do produtor sobre as novidades tecnológicas que venham a

facilitar a produção, a melhoria de sua situação financeira e, conseqüentemente, a ampliação de acesso do mesmo aos bens de consumo.

O Gráfico 5 exemplifica a diversidade e a capacidade produtiva do município assim como a área total utilizada por cultivo durante os anos de 1993 e 2001, período em que a EMMATER local realizou o levantamento de sua produção agrícola anual.

Gráfico 5 – Evolução da expansão das áreas de cultivo em Nova Pádua no período de 1993 / 2001.

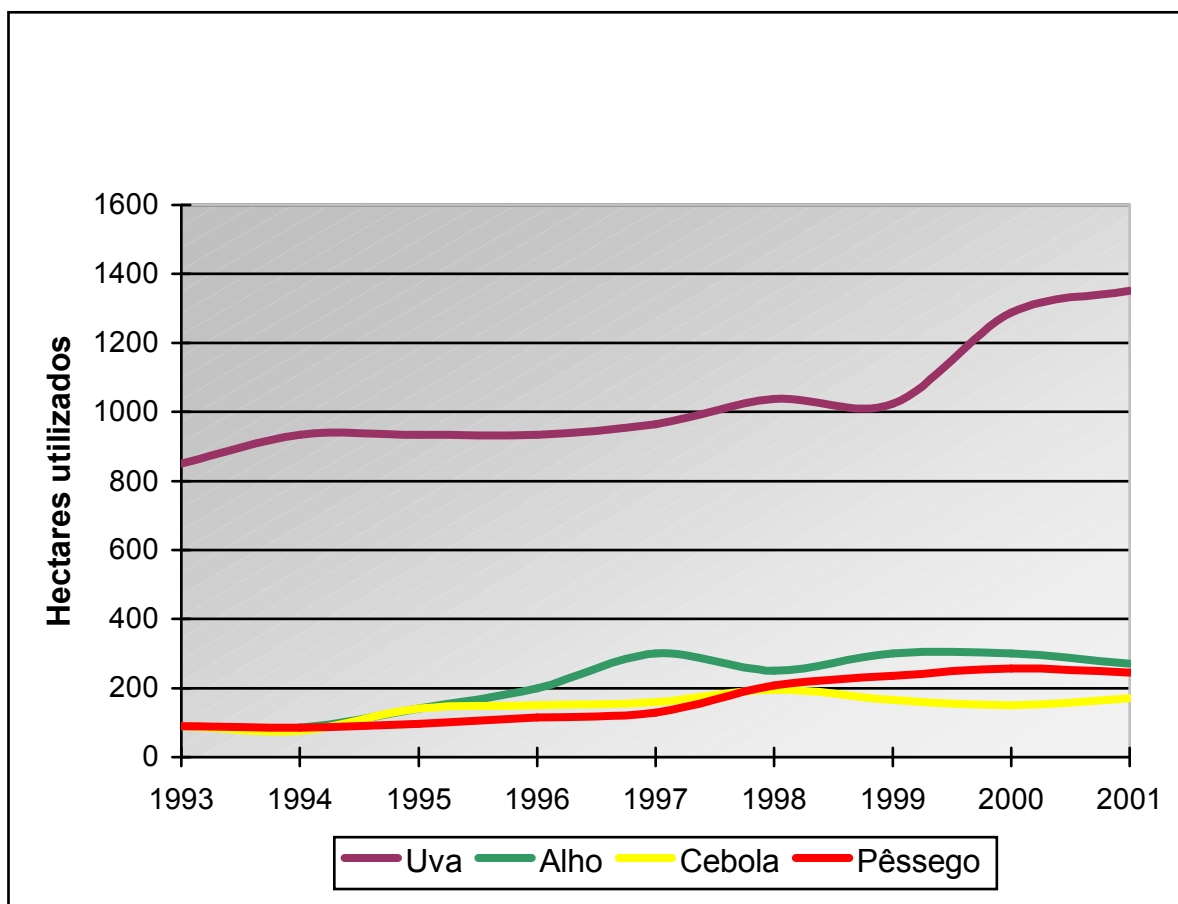


Gráfico elaborado a partir dos dados fornecidos pela EMATER Nova Pádua.

A partir de uma breve análise do gráfico apresentado é possível observar que seus dados demonstram uma crescente expansão das áreas de cultivo, sobretudo no que se refere à produção de uvas. Os valores representados pelo gráfico vêm, na verdade, reforçar as informações fornecidas pela EMATER local quanto aos números desse aumento das áreas cultivadas no município. Segundo a EMATER, no período de 1993 a 2001, o aumento médio das áreas cultivadas de

Nova Pádua chegou a 47%, considerando os principais cultivos desenvolvidos no município.

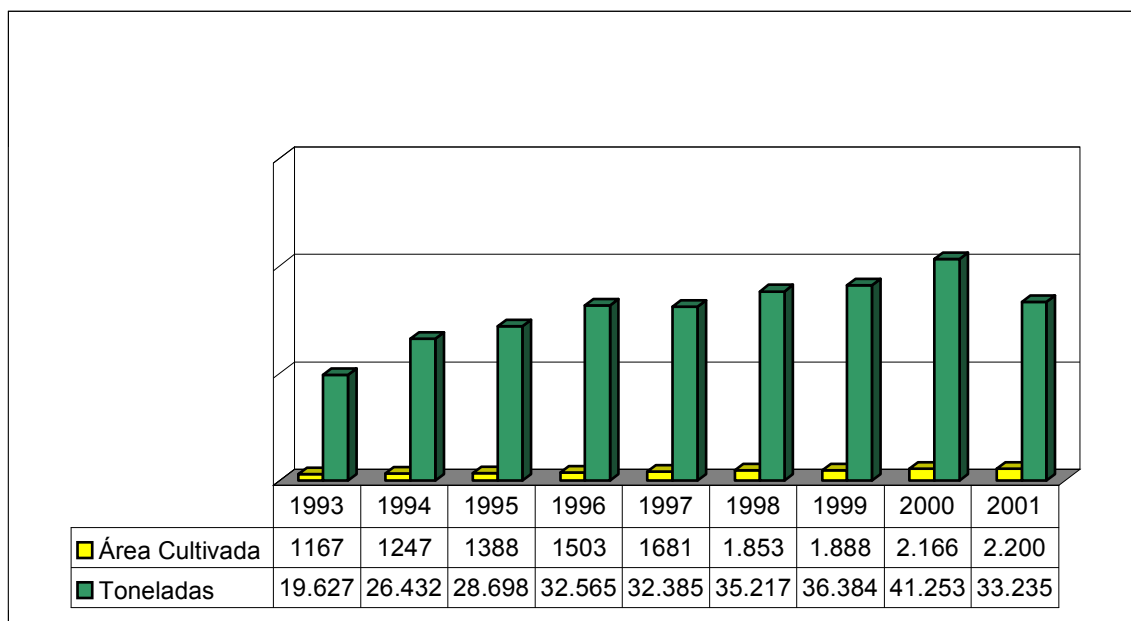
Um elemento importante a ser destacado é que outros levantamentos mais recentes, posteriores a 2001, foram realizados por órgãos públicos tanto estaduais quanto federais, mas cujos resultados foram questionados pela equipe da EMATER local por revelarem valores inferiores aos constatados pela mesma. Por esta razão optei pela utilização dos dados fornecidos pela EMATER por ter a certeza da capacidade técnica dessa instituição no trato diário e pessoal com os produtores locais.

O levantamento da produção agrícola anual do município de Nova Pádua desenvolvido pela EMATER local se apresenta como um importante instrumento de análise da situação produtiva do município. A utilização de alguns dados desse levantamento ao longo deste capítulo visa, antes de tudo, exemplificar a potencialidade econômica destes pequenos produtores que encontraram na diversificação da produção a forma ideal de superar a tendência às limitações produtivas teorizadas, tanto por Leo Waibel (1979), quando analisou a viabilidade do sistema de rotação de terras no Rio Grande do Sul, quanto por Veiga (2001) quando fala em uma limitação inerente à agricultura familiar no que se refere a sua escala de atuação.

Segundo dados obtidos ao longo das entrevistas, são poucos os casos de compra de novas terras dentro do município. O que ocorre, porém, é a ampliação da área de cultivo dentro de uma mesma propriedade principalmente de culturas que possuam uma melhor valorização no mercado. Ou seja, esta tendência vem ao encontro de uma necessidade de ampliação da produção como consequência de uma eficaz inserção no mercado.

Esta progressão se torna mais evidente na medida em que se realiza a comparação entre a área total cultivada ao ano e o seu produto final, ou seja, o valor total em toneladas de suas respectivas produções, como bem demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Comparação entre a área total cultivada em ha ao ano e as toneladas totais produzidas ao ano



Fonte: NICOLOSO, T. O. (2004).

Embora o gráfico demonstre um constante crescimento anual do total da área cultivada, o somatório das toneladas produzidas no ano de 2001 apresenta uma queda considerável. Esta queda está relacionada, em sua maior parte, à redução de pouco mais de 5000t da produção de uva neste último ano. Na realidade, o que ocorreu foi a substituição, por parte de alguns produtores, do sistema tradicional de cultivo de uva por um mais moderno.

Tradicionalmente, o sistema utilizado desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul é o denominado “latada”. Neste sistema, ocorre uma cobertura total da área cultivada, ou seja, as folhas, distantes em média 1,5m do solo, cobrem a área plantada de uma forma homogênea deixando os cachos de uva sem o contato direto com o sol. O novo sistema, trazido da Europa, é denominado de “Y”, “espaldeira” ou “cerca”. Neste sistema, as mudas são dispostas ao longo de uma linha (cerca) e de forma paralela. Desta maneira, gera-se um espaço entre uma fileira e outra, possibilitando que a uva receba mais radiação solar e, por conseqüência, melhore seu teor de açúcar. Este sistema gera uma redução do número de mudas plantadas por hectare, porém, o produto final é de uma qualidade extremamente superior. Esta mudança está relacionada a um processo de

adequação às normas internacionais de produção de vinhos finos. Neste caso, a redução da produção não implica na redução de ganhos, visto que a nova técnica além de agregar valor ao produto, facilita o trabalho da colheita e permite que os espaços entre as parreiras sejam utilizados para o cultivo de outras culturas no período de entressafra.

Figura 10 – Sistema tradicional de cultivo de uvas – “Latada”.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Figura 11 – Sistema mais moderno – “Y, Cerca ou Espaldeira”.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Levando em consideração que a substituição do sistema tradicional de produção de uva requer um investimento elevado de capital e de mão-de-obra, a EMATER local está orientando os produtores a adaptar os parreirais tradicionais através da chamada “poda verde” a qual consiste em reduzir o comprimento dos galhos da videira de forma a concentrar a energia da planta em uma quantidade menor de ramos a fim de possibilitar uma maior iluminação dos cachos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da uva colhida. Dessa forma, como nos sistemas modernos, reduz-se a quantidade produzida, todavia agregando valor ao produto e sem que haja a necessidade de substituição total dos parreirais já existentes.

Figura 12 – Sistema tradicional adaptado – “Poda Verde”.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Ao abordar a substituição e/ou adaptação do sistema tradicional de produção de uva é possível estabelecer uma conexão com um segundo elemento vital para se pensar a questão produtiva no contexto de um desenvolvimento socioeconômico efetivo: sua articulação e dinâmica espacial.

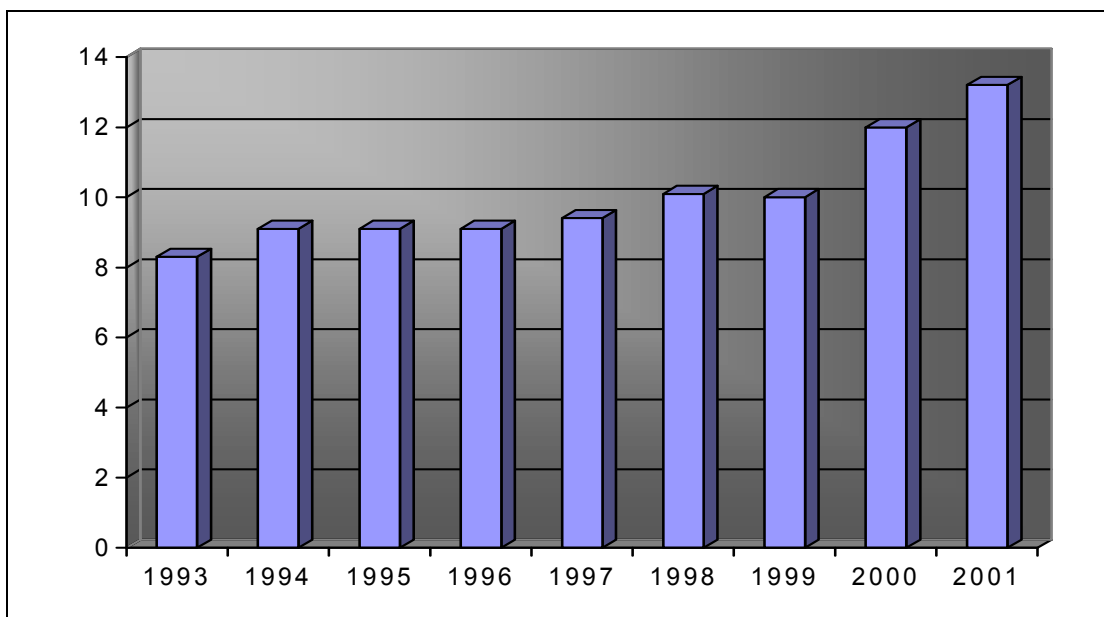
3.2 – Articulação e dinâmica espacial.

Embora já se tenha mencionado o levantamento da produção agrícola anual de Nova Pádua e sua diversificação produtiva, é importante destacar, para fins de análise, que algumas culturas são mais fortemente influenciadas pelos meandros do mercado, como por exemplo, a uva.

Sem dúvida alguma, a uva representa o carro chefe da economia paduense. Não apenas por ser um produto de alto valor agregado, mas por simbolizar,

sobretudo, a cultura italiana na região e sua relação direta com a terra. O Gráfico 7 demonstra a importância desta cultura a partir da porcentagem do aumento das áreas utilizadas para este cultivo em relação à área total do município.

Gráfico 7 – Porcentagem da área cultivada com uvas em relação à área total do município.



Elaborado por Tiago O. Nicoloso a partir dos dados fornecidos pela EMATER Nova Pádua.

O gráfico 7 demonstra um crescente aumento das áreas cultivadas com uva em relação à área total do município no período de 1993 a 2001. Pode-se observar que entre 1994 e 1996 não houve aumento algum de área. Embora entre 1997 e 2001 tenha sido registrado uma significativa elevação dos dados apresentados, em 1999 foi registrada uma leve queda do percentual.

Como mencionado anteriormente, esta redução está associada à substituição dos parreirais tradicionais, cujo tempo de desenvolvimento gira em torno de 2 anos, e também da crescente busca por novos cultivos que garantissem uma maior estabilidade financeira ao longo do ano, já que o preço da uva, entre 1997 e 1999, apresentou uma considerável baixa forçando, assim, esta tendência. A tabela 3 apresenta de forma mais detalhada a evolução da viticultura em Nova Pádua conforme levantamento da produção anual de uva elaborado pela EMATER local.

TABELA 3 – Levantamento da produção anual de Uva

UVA			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	850	376	15.300
1994	934	376	21.341
1995	934	378	21.000
1996	934	378	22.500
1997	964	376	21.400
1998	1.037	384	19.703
1999	1.024	386	22.000
2000	1.287	386	24.753
2001	1.351	391	19.500

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

A inserção no mercado nacional de vinhos finos gerou uma profunda transformação, tanto no que se refere ao sistema de produção da uva quanto à forma de fabricação e de armazenamento do produto final. Para tanto, foi necessário substituir, embora de forma parcial, a antiga pipa de carvalho por tonéis de aço inoxidável para a fermentação do vinho, buscando, assim, uma total incorporação de normas internacionais de controle sanitário para se obter uma certificação quanto à elaboração de vinhos finos. Além dos novos sistemas de cultivo e de armazenamento, a colheita também teve que ser modificada segundo os novos padrões. Exemplo disso é que atualmente, são utilizados majoritariamente recipientes plásticos para o transporte da uva até o local de seu processamento.

Outra mudança bastante significativa está relacionada às mudas. Embora a EMBRAPA da cidade de Bento Gonçalves esteja desenvolvendo forte pesquisa na busca de variedades de uvas viníferas de alta qualidade (Moscato Embrapa, por exemplo), boa parte das mudas é importada da Itália com um custo de U\$3,00 (três dólares) por unidade.

Todo este investimento está lançando Nova Pádua no cenário econômico nacional como sendo mais um importante município a integrar a já consagrada região produtora de vinhos do Rio Grande do Sul.

A maior parte da produção de uvas está vinculada à industrialização do vinho elaborado no município por Vinícolas (ou Cantinas) cujas estruturas variam de forma significativa.

Existem ainda alguns produtores que mantêm a forma tradicional de produzir vinho, embora a necessidade de adequação às normas de controle de qualidade impostas por este setor esteja tornando imprescindíveis tais mudanças.

Desta forma, a vitivinicultura foi responsável por um forte processo de modernização da fabricação de uma bebida que antigamente era produzida para consumo familiar e que no presente período projeta o nome de Nova Pádua no cenário mundial através da conquista de alguns prêmios em concursos internacionais do ramo.

Figura 13 – Antigas pipas de madeira para o armazenamento do vinho.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Figura 14 – Novas “pipas” de aço inoxidável para a fermentação das uvas.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

A Vinícola Boscato no contexto do município de Nova Pádua é a empresa que possui, hoje, a mais completa infra-estrutura para a elaboração de vinhos finos bem como para a degustação através de visitas orientadas às suas instalações. Esta qualificação, já certificada, vai da escolha das melhores variedades de uvas viníferas, passando pela colheita permanentemente monitorada, indo até o mais rigoroso método de fabricação e de envasamento de seus vinhos.

Assim como a Boscato, outras Vinícolas estão buscando as informações e realizando os investimentos necessários para agregar aos seus produtos um valor maior associado a uma qualidade que permita a conquista de um público consumidor fiel dentro deste mercado que é, ainda, bastante restrito no Brasil.

O caso da Sulmonte, também pode ser exemplificado, uma vez que através da associação de seis produtores, esta vinícola buscou recursos necessários

(PRONAF e recursos próprios) para a construção de suas instalações na busca de uma produção de vinho cada vez mais qualificada.

Um segundo cultivo que representa uma importância econômica em Nova Pádua é o alho. Este cultivo, assim como a uva, merece destaque, mesmo que breve, por também representar de forma bastante clara, a ingerência do mercado na dinâmica local de produção e de comercialização.

Figura 15 – Plantação de alho.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

O alho é um produto de alta lucratividade e que vem sendo bastante cultivado no município. Atualmente, ele assume posto de segundo colocado em relação à área cultivada e ao total de toneladas produzidas, chegando a atingir a média de 7,09 t/ha entre 1993 e 2001, como demonstra a Tabela 4.

TABELA 4 – Levantamento da produção anual de Alho

ALHO			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	90	185	527
1994	85	185	595
1995	140	185	980
1996	200	198	1.500
1997	300	354	2.100
1998	250	284	1.875
1999	300	260	2.100
2000	300	284	2.700
2001	270	258	1.620

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

Este produto requer do agricultor cuidado diário e de manutenção da plantação, implicando em um alto investimento em defensivos agrícolas além de maquinários indispensáveis no período de preparação do terreno. Todavia, o plantio e a colheita do alho ainda são feitos manualmente o que leva à contratação de mão-de-obra temporária para a realização deste trabalho.

Ainda no que se refere ao uso de maquinário para a seleção do alho colhido cabe ressaltar que a grande maioria dos produtores não dispõe deste equipamento. Esta atividade de significativa importância é feita por alguns produtores, e em alguns casos também por trabalhadores temporários, atendendo a demanda dos mais diferentes segmentos do mercado. O destino e o preço dependem do tamanho deste alho colhido, pois os menores são destinados à indústria e os maiores são comercializados nas grandes redes de supermercados do estado e principalmente em São Paulo.

Todavia, a entrada deste produto proveniente de outros países, principalmente da América Latina, tem feito com que os produtores paduenses sintam a dura realidade da concorrência com os produtos importados. Desta forma, a interferência do mercado internacional na, praticamente certa comercialização do produto nacional, leva estes agricultores a utilizar, quando necessário, produtos anti-

brotantes, com o objetivo de conservar por mais tempo a produção estocada, esperando assim por um preço melhor.

Mais uma vez, se torna evidente a importância da diversificação na manutenção da capacidade produtiva das propriedades de Nova Pádua, já que sem ela a incerteza do mercado colocaria tudo em questionamento.

A criação de gado leiteiro, por exemplo, se apresenta como mais uma atividade alternativa desenvolvida em Nova Pádua. A importância do leite está na garantia de uma renda mensal, uma vez que a grande maioria dos produtores tem a compra de sua produção garantida por grandes empresas do ramo como Parmalat, Elegê e Santa Clara.

Figura 16 – Criação de gado leiteiro em sistema de semi-confinamento.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Todavia, esta certa segurança financeira que o pagamento mensal lhes dá, embora represente uma importante fonte de capital de giro para o investimento em outros segmentos, requer uma forte adequação aos meios técnicos de produção exigidos pelas empresas para a garantia da qualidade do produto comercializado.

Todo o investimento necessário para a aquisição de resfriadores e de ordenhas mecânicas é de inteira responsabilidade dos produtores através de financiamentos do Estado ou de recursos próprios. Em “contra-partida”, a empresa compradora fornece a assistência técnica periodicamente.

Como exemplo desta atividade, uma propriedade de 22ha no Travessão Curuzu merece destaque por se tratar da maior produtora de leite do município. Em uma área de aproximadamente 7ha, 25 vacas de leite da raça Holandesa são criadas em sistema de semi-confinamento, alimentadas por ração (elaborada parcialmente com produtos cultivados na própria propriedade), inseminadas artificialmente pela própria proprietária e ordenhadas mecanicamente. Este cuidado permite a retirada de 400 litros em média por dia, totalmente comercializados, rendendo-lhe aproximadamente R\$4.000,00 por mês.

No caso das frutas, se avaliarmos separadamente os dados de produção por variedade cultivada certamente estes não representariam um elemento econômico de representativo destaque.

Porém, no conjunto da produção de frutas em Nova Pádua é possível identificar um setor cuja integração com as infra-estruturas de circulação e de articulação, com os mercados regionais brasileiros, seria inimaginável para uma realidade fundiária como a do município em estudo.

Figura 17 – Pomares 1.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Figura 18 – Pomares 2.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso

Devido às características climáticas do Rio Grande do Sul, de um modo geral, a produção de frutas, principalmente, é extremamente sensível às variações de temperatura e de precipitação. Sendo assim, o abastecimento para os mercados local e regional durante o período de entressafra ficaria comprometido.

No entanto, o trabalho desenvolvido por um grupo de agricultores de uma mesma família, exemplifica este processo articulador que envolve, neste caso, a produção e a comercialização de frutas no município.

A referida família, entre seus membros cada qual com sua propriedade, produz, armazena e comercializa parte significativa das variedades frutíferas apresentadas através das Tabelas 5 e 6.

TABELA 5 – Levantamento da produção anual de Pêssego

PÊSSEGO			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	90	130	1.450
1994	85	130	1.360
1995	96	130	1.536
1996	115	130	1.955
1997	129	145	2.193
1998	207	148	3.519
1999	235	142	3.055
2000	256	143	3.840
2001	245	138	2.450

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

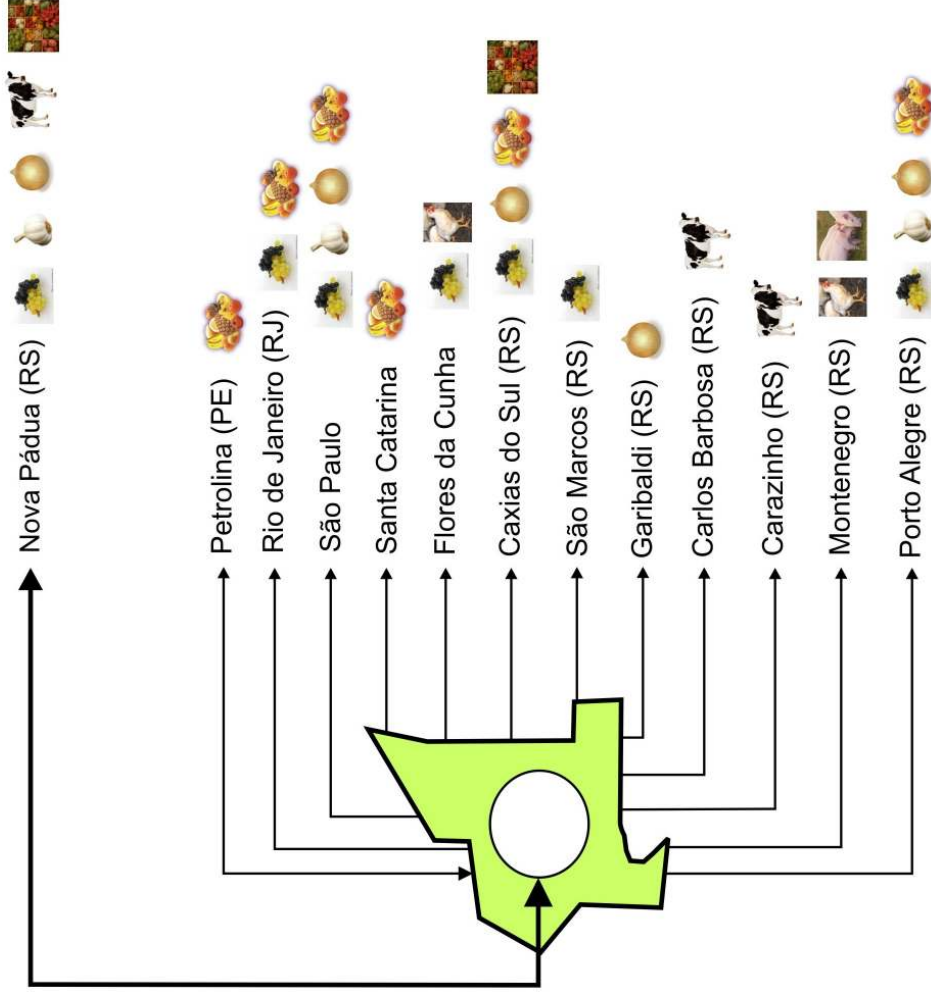
TABELA 6 – Levantamento da produção anual de Pêra

PÊRA			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	-	-	-
1994	12	16	240
1995	12	18	240
1996	16	20	336
1997	18	27	354
1998	20	26	440
1999	21,5	25	880
2000	27	26	878
2001	28	26	720

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

Todavia, em períodos em que não há produção, caminhões se deslocam até a CEAGESP de São Paulo onde é comprada a mercadoria que será comercializada no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar, que a produção local também abastece o mercado paulista e que boa parte dos produtos comprados em São Paulo e comercializada em Porto Alegre, por exemplo, são produzidos nos distritos irrigados do sertão nordestino, mais especificamente no município de Petrolina/PE. A Figura 19 exemplifica a dinâmica produtiva de Nova Pádua.

DINÂMICA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA PÁDUA



LEGENDA



Este processo demonstra uma das formas de integração e de articulação com outros mercados regionais que colocam em questionamento a sentença de que a dimensão da propriedade é fator primordial para o sucesso econômico e social de um agricultor e de sua família.

Chega-se ao ponto em que articulação referente aos exemplos até então apresentados se faz necessária. Toda a diversidade produtiva exemplificada através de tabelas e gráficos demonstra, na verdade, que para a existência e manutenção de uma condição produtiva bastante favorável é fundamental que a mesma esteja integrada a uma estrutura que permita a circulação de pessoas, de informações e de mercadorias.

A articulação econômica de Nova Pádua não seria possível sem a presença já consolidada das infra-estruturas regionais garantidas pelas atividades econômicas e políticas desenvolvidas, anteriormente à sua emancipação, pelos municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores da Cunha, importantes centros econômicos que integram a denominação regional utilizada pelo governo estadual, o COREDE Serra.

Quando se fala nesta interação geradora de uma unidade regional, é possível citar as palavras de Milton Santos quando o referido autor diz que,

as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos de suas existência e definição (2002, p. 285).

Estes arranjos organizacionais permitiram que as atividades agrícolas de Nova Pádua se projetassem enormemente a partir de 1992 (ano da emancipação do município) justamente por estarem totalmente condicionadas por estas racionalidades distantes

Na medida em que o município passou a usufruir desta infra-estrutura, sua base produtiva teve que passar, obrigatoriamente, por um processo de adequação à lógica mantenedora desta ordem.

A incorporação de tecnologias se tornou fator indispensável para a entrada em um mercado agora duramente competitivo e que exige uma adequação total às normas regimentais de produção e de comercialização.

No entanto, os reflexos deste processo, como visto anteriormente, afetaram sobremaneira a forma de organização e de desenvolvimento das atividades

produtivas no que se refere ao uso da terra, do acesso à informação, dos meios de produção e de comercialização e da organização social e política do município.

A diversificação da produção representa a superação do estágio de subsistência e da limitação produtiva, até então associada à dimensão da propriedade, e passa a ser a alternativa encontrada para driblar os prováveis problemas associados à monocultura. Atitude esta que demonstra o retorno positivo do acesso à informação, na medida que possibilita ao produtor estabelecer o planejamento de suas atividades e ao mesmo tempo reforçar a certeza, principalmente perante seus filhos, da importância do conhecimento técnico-científico para o bom desempenho de sua propriedade.

Figura 20 – Diversificação produtiva.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Os meios de produção, por sua vez, se transformaram na mesma velocidade em que aumentaram as exigências do mercado, refletindo, inclusive, nas técnicas de manuseio e transporte, e nos meios e condições de circulação das mercadorias.

Toda esta transformação exigiu, por fim, uma completa reforma nas relações sociais e políticas no município.

O vizinho é promovido à condição de parceiro comercial ou de concorrente, embora as características e a coesão da cultura local permitam lidar com tal situação de forma totalmente pacífica partindo da idéia de que o bem da comunidade significa diretamente o bem individual. As festas comunitárias e as atividades religiosas passaram a ser, também, eventos sociais, onde o agricultor está presente na condição de produtor/empresário e provedor do desenvolvimento do município e não como sendo mais “um” da comunidade.

Os problemas apontados por Galioto (1992) referentes à má influência da Igreja quanto à participação das pessoas em atividades coletivas, se expressam na atualidade com mais força. No município, o trabalho cooperativado, *stricto sensu*, não é visto com bons olhos. As atividades são desenvolvidas de forma individual (por família) ou na forma auxílio (troca de dias entre vizinhos), além de associação de produtores, onde cada qual é responsável pela parte que lhe cabe e os lucros divididos de maneira proporcional. Desta forma, é descartada a possibilidade de exploração do trabalho alheio.

A organização política passou a trabalhar para a criação e a veiculação da imagem do município como a de um lugar bom para viver, conhecer e fazer negócios, até porque, a interferência da administração municipal na consolidação deste cenário de riqueza e de prosperidade baseia-se no princípio da reciprocidade, já que seus integrantes também são, na grande maioria, produtores ou filhos de produtores.

A identidade compartilhada aproxima os que se distanciaram em detrimento de uma racionalidade externa e cria um sentimento de amor e de valorização da terra e do trabalho a partir da retomada da história de formação da comunidade.

Embora as atividades econômicas sejam desenvolvidas e administradas de forma independente é notória a intenção de zelar pelo município como se cada propriedade fosse um pequeno pedaço de uma casa na qual habitasse uma grande família.

E é dessa forma que se manifesta a força deste lugar onde as relações econômicas, de trabalho e de produção imprimem cotidianamente no espaço sua realidade social, respondendo à racionalidade global, conforme Milton Santos, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade (2002 p.338).

3.3 – A questão produtiva e sua importância na manutenção e na reprodução da identidade.

Pensar na importância da questão produtiva como fator de manutenção e de reprodução da identidade de uma determinada comunidade significa, antes de tudo, analisar a sua força simbólica como meio de apropriação e transformação do espaço.

Se até o presente momento a diversificação produtiva como estratégia de sobrevivência e geração de capital, apoiada sobre uma infra-estrutura articuladora para a circulação de pessoas, informações e mercadorias, esteve no centro da presente análise, a carga simbólica das atividades produtivas estabelece a conexão fundamental para a qualificação do debate sobre os planejamentos regionais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

O estudo de caso sobre Nova Pádua, nesse aspecto, possibilita pensar de que forma as referências culturais, a identidade de uma determinada comunidade pode se mesclar ao processo produtivo imprimindo sua marca no espaço, elaborando, dessa forma, uma paisagem amplamente representativa das atividades humanas que a tem elaborado ao longo de todos esses anos.

Ao longo de meus trabalhos de campo pude perceber como as transformações decorrentes dos novos meios de produção influenciavam diretamente, além do próprio sistema produtivo, a estrutura familiar da comunidade e sua qualidade de vida, vindo, assim, a se materializar no espaço e tornando visível a substituição do antigo em detrimento do novo.

Todavia, pude perceber também que essa substituição do antigo em detrimento do novo não se dava de uma forma tão simples e direta. Seria de uma certa forma normal pensar que o uso cada vez maior de novas tecnologias representa uma proporção diretamente inversa ao abandono dos saberes tradicionais. Mas o que se observa em Nova Pádua é que os novos meios técnicos de produção estão servindo simplesmente para qualificar tais saberes. Na medida

em que se observa a forma de organização espacial desse município é possível apontar uma forma específica de ocupação e uso do solo, uma forma particular de circulação e de articulação social e, ao mesmo tempo, uma forma atual, moderna de produção.

Neste sentido, para Paul Claval (2001):

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado. (p.14)

Esta definição me remete a um período preciso da história desta comunidade, sobretudo, no que diz respeito ao processo de colonização das novas terras do sul do Brasil no final do século XIX. Processo esse que deixou no espaço as marcas da atividade produtiva dos homens e de seus esforços de habitar esse outro mundo como bem fala o autor. Da mesma forma, tal afirmativa expressa a competência que a paisagem apresenta em representar de forma concreta e ao mesmo tempo simbólica as adaptações feitas por determinados grupos às novas realidades que vão se apresentando.

No caso em estudo, a realidade atual está majoritariamente vinculada à incorporação de uma forma de produção capitalista, onde as convicções religiosas, as paixões ideológicas e/ou os gostos estéticos do grupo se tornam manifestações que representam a articulação entre o antigo e as referências decorrentes dessa nova perspectiva. As novas marcas simbolizam na verdade o grau de adequação dos meios de produção, do papel da família e das novas necessidades dentro deste nem tão novo contexto.

Milton Santos (2002), por sua vez, diz que:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. (...) A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. (...) A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. (...) cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. (...) A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável. (p.103-104).

Embora frutos de concepções teóricas diferentes, as duas definições de paisagem, de Santos (2002) e de Claval (2001), tornam-se necessariamente complementares. Se por um lado, as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza se configuram em um sistema material, por outro, as concepções culturais que motivam a materialização das idéias, quando analisadas de forma associada, permitem que a noção de paisagem se torne mais completa.

Completa, no sentido em que possibilita a análise de um conjunto de objetos reais-concretos que simbolizam, de forma mais irrestrita, as relações homem e natureza, sejam elas de ordem religiosa, estética ou puramente econômica.

Uma das imagens ou paisagens de Nova Pádua que para mim representam de forma bastante clara toda essa interação simbólica entre cultura, meio e produção cujo resultado imprime sua marca no espaço pode ser visualizada pela Figura 21.

Figura 21 – Parreiral e cemitério.



Fotografia de Tiago O. Nicoloso.

Esta imagem torna-se emblemática por representar dois importantes aspectos da cultura do município. De um lado, em primeiro plano, temos uma videira que simboliza o principal fruto do trabalho familiar e de seu apego ao cultivo das tradições pela terra; de outro, em segundo plano, temos o cemitério da cidade representando toda a importância da religião e de suas figuras simbólicas. O que para mim faz dessa imagem um importante elemento de análise e um símbolo que congrega em um pequeno espaço importantes referências da composição cultural desta comunidade é o fato de estarem unidas, uma ao lado da outra como um indicador de que ali ambas fizessem parte de um todo baseado em sentimentos iguais.

Nesse sentido, ao pensar a questão produtiva como importante fator de desenvolvimento socioeconômico é fundamental que seja levado em conta todo o contexto que envolve os agentes desse processo, os meios disponíveis para sua reprodução cultural e econômica e os espaços disponíveis e co-relacionados que são apropriados e que servem de base para sua dinamização em sentido mais amplo.

Se para uns a agricultura familiar ou camponesa apresenta condições limitadas de articulação política e, sobretudo, econômica, limitando seus raios de influência e atuação apenas à escala local e/ou regional, o município de Nova Pádua se apresenta como um exemplo de que as coisas podem ser diferentes. Diferentes desde que estejamos abertos a reconhecer a força e a importância da agricultura camponesa para a diversificação produtiva, para a fixação de população no campo e, principalmente, para a valorização e reprodução dos saberes tradicionais como instrumento para uma concreta proposta de desenvolvimento socioeconômico. Sobretudo se associada aos estudos da questão regional.

4. A QUESTÃO REGIONAL

A questão regional é, sem sombra de dúvidas, um dos temas que atualmente nos possibilita um leque muito variado de análises por carregar em si o peso da controvérsia. Quando falo em controvérsia me refiro a um termo, o de região, que antes de assumir o status de conceito para a Geografia veio sofrendo inúmeras influências teórico-ideológicas ao longo dos anos.

Ao buscar a origem da palavra região é possível perceber que,

etimologicamente, deriva-se do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que significa domínio, poder e que deu origem também a outras palavras como regente, regência, etc. É correto deduzir-se, então, que a idéia de região sempre esteve ligada a mecanismos de dominação, resultantes de uma situação hegemônica, de posse, de conquista, de poder (BEZZI, 2004 p. 27)

Mas ao longo da história, na medida em que a ciência se transformava e transformava também as idéias cotidianas das pessoas, a idéia, a noção de região foi também sofrendo adaptações. Se pensarmos na maneira de como esse termo se expressa no cotidiano, no senso comum, é possível perceber a existência de duas importantes referências para a construção dessa idéia: localização e extensão, logo, limite. Por outro lado, na medida em que a noção de região passa a ser apropriada pelas mais diferentes esferas administrativas do poder público temos a hierarquização de espaços diferenciados e delimitados segundo atributos, elementos previamente estabelecidos para fins diversos.

No campo das ciências em geral (biologia, geologia, economia, etc.) a região possibilita também a identificação e, sobretudo, a localização da ação delimitada de um certo domínio. Para a geografia, trabalhar com esse conceito significou herdar suas indefinições históricas e tornar operacional um termo amplamente utilizado na linguagem comum.

Embora importantes, acredito que abordar através de uma descrição detalhada as principais teorias que envolvem o conceito de região na geografia seria, neste caso, desnecessária. Inúmeros são os trabalhos que analisaram as contribuições de Johann Heinrich von Thünen e sua Teoria do Estado Isolado; de Walter Christaller e sua Teoria das Localidades Centrais; de August Lösch e sua Teoria do Lugar Central complementando a proposta de Christaller; isto para citar apenas alguns dos autores, digamos, clássicos.

O que me proponho neste trabalho é tratar a questão regional pelo ponto de vista dos agentes que compõem um espaço determinado, no caso, dos habitantes de Nova Pádua e de que forma os mesmos estabelecem os parâmetros para a definição de sua região.

Nova Pádua está inserida em um contexto no qual predominam dois importantes fatores e suas decorrências: o fator histórico-cultural que possibilitou uma dinâmica de ocupação e uso do solo determinada pelo processo de colonização italiana no final do século XIX; e as limitações topográficas de um espaço que, inicialmente, proporcionou um isolamento cultural, político e econômico desses colonizadores e que facilitou a construção de uma unidade, de uma certa homogeneidade, hoje, consagradas pelo poder público e pela sociedade gaúcha de um modo geral.

Como mencionado no início deste trabalho, a colonização italiana no Rio Grande do Sul modificou significativamente o padrão predominante da estrutura fundiária do estado. O estabelecimento dessas colônias na porção média e superior do Planalto Meridional impôs uma nova dinâmica de circulação de pessoas, de idéias e de mercadorias que, associada a um conjunto de fatores de ordem cultural, consolidou uma marca, uma identidade diretamente relacionada a esta porção particular do espaço. Quando falamos sobre a “Região de Colonização Italiana” ou na “Serra Gaúcha” estabelecemos, na verdade, uma conexão direta e associada entre as referências topográficas e geomorfológicas e os aspectos históricos e culturais relacionados a este espaço em particular.

Embora outros povos, com outras referências culturais tenham também ocupado algumas das terras disponíveis na “Serra Gaúcha”, a relação predominante que se estabelece é com as colônias italianas. Um dos elementos que possibilita estas conexões é o fato de que a cidade de Caxias do Sul, que surgiu desse processo, despontou como um importante pólo metal-mecânico no Rio Grande do Sul, e também como uma das principais cidades do estado. Caxias do Sul tem seu desenvolvimento econômico e social associado, inicialmente, às tradições e ao trabalho dos italianos que lá se instalaram e isso já está amplamente consolidado. A Festa da Uva, por exemplo, além de ter sido o primeiro evento de âmbito nacional a ser transmitido em cores pela televisão brasileira é o símbolo da consagração de uma história marcada pelo desbravamento de um terreno hostil cuja densidade da

mata e as dificuldades impostas pela topografia serviram de base para o desenvolvimento da região.

Mas o poder público também serviu de agente de consolidação dessa denominação regional. O uso de denominações regionais amplamente consolidadas possibilitou, por um lado, a elaboração e a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento regional, mas, por outro, acabou impondo uma certa compreensão pela sociedade como um todo de que o recorte espacial que serve de base para a consolidação de uma região está baseado sobre elementos de certa forma homogêneos. Neste ponto é que surge a problemática da questão: uma homogeneidade aparente é suficiente para definir de que forma o poder público irá externamente consagrar uma determinada região?

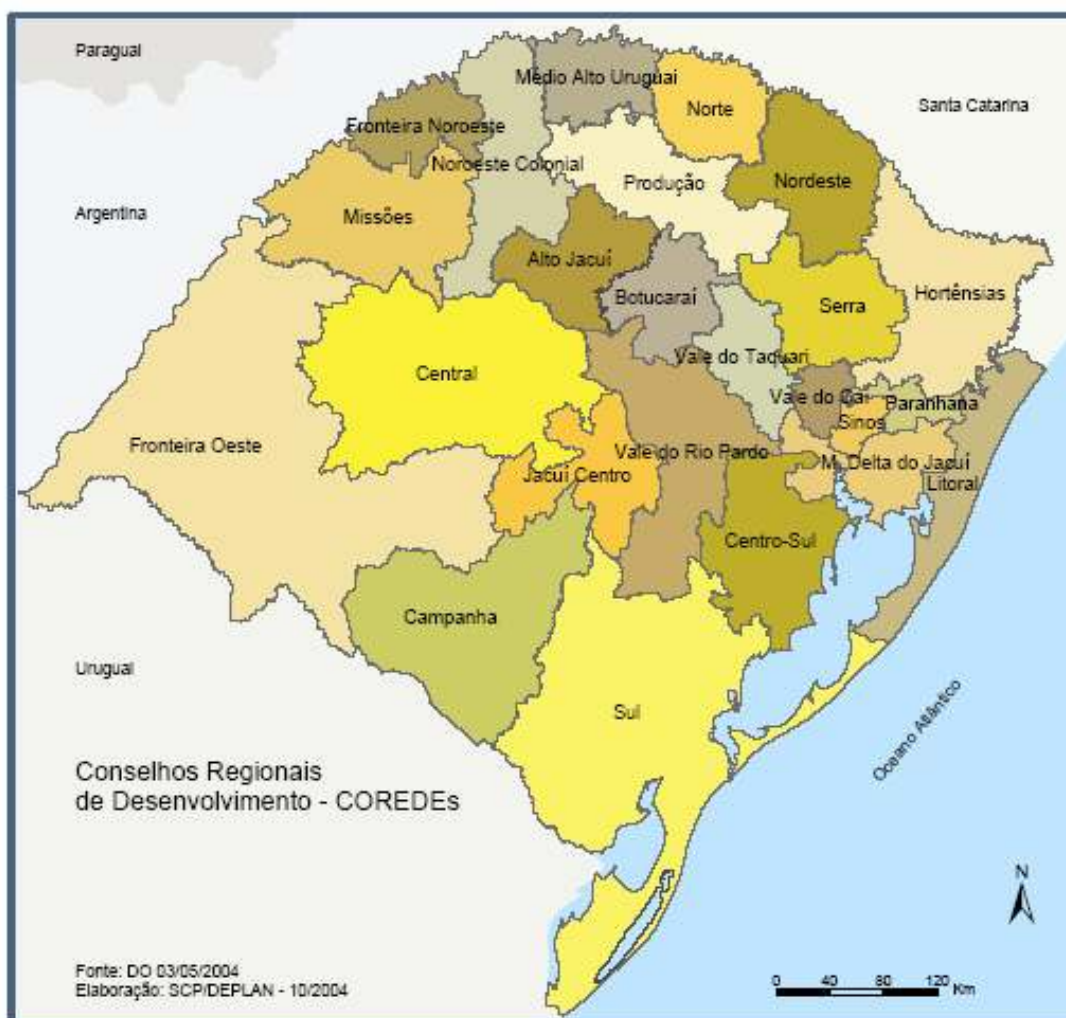
Para uma melhor compreensão sobre a reflexão a que me proponho optei por estabelecer um paralelo entre duas esferas regionais, uma que atualmente vem sendo amplamente utilizada para a definição das políticas públicas estaduais, os COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), e outra construída a partir da percepção dos moradores de Nova Pádua envolvidos diretamente neste trabalho.

Primeiramente, é importante falar um pouco sobre a origem e estruturação dos COREDEs. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição eqüitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente.

A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, e em 2004 com a criação de outras duas regiões: Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro, como demonstra a Figura 22.

**Figura 22 – Divisão regional do Rio Grande do Sul
segundo a distribuição dos COREDEs.**



Fonte: FEE.

Atualmente, os 24 COREDEs têm servido de base não só para o debate e elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional como também para o estudo e criação de indicadores socioeconômicos e ambientais que possibilitam uma qualificação das análises sobre eles elaboradas.

Como exemplo, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) elaborou um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico para o Rio Grande do Sul, seus municípios e COREDEs. O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Ele tem por objetivo mensurar e acompanhar o

nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e COREDEs, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os COREDEs em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800).

Tabela 7 – COREDEs - Índice geral do IDESE - 2002

1º Serra (0,802)	12º Missões (0,734)
2º Metropolitano Delta do Jacuí (0,789)	13º Sul (0,731)
3º Vale do Rio dos Sinos (0,767)	14º Hortênsias - Campos de Cima da Serra (0,726)
4º Fronteira Noroeste (0,751)	15º Noroeste Colonial (0,726)
5º Produção (0,749)	16º Vale do Taquari (0,725)
6º Nordeste (0,748)	17º Vale do Caí (0,723)
7º Norte (0,742)	18º Centro-Sul (0,719)
8º Campanha (0,741)	19º Paranhana-Encosta da Serra (0,699)
9º Alto Jacuí (0,739)	20º Litoral (0,696)
10º Central (0,739)	21º Vale do Rio Pardo (0,694)
11º Fronteira Oeste (0,738)	22º Médio Alto Uruguai (0,663)

Fonte: FEE.

Segundo a Tabela 7, o IDESE calculado para os 22 COREDEs existentes até o ano de 2002 apresenta o COREDE Serra como o primeiro colocado cabendo destacar que esta posição vem sendo mantida, segundo a série histórica da FEE, desde o ano de 2000.

Todavia, as divisões regionais adotadas e as estatísticas apresentadas podem despontar como elementos de gestão pública questionáveis quando fortalecidas pela idéia de que a região serve, antes de tudo, como um instrumento político, uma matéria operacional para técnicos ou um terreno de descontentamento para reivindicações.

Por todo o lado, na América Latina, em África, na Ásia, os contrastes das desigualdades de ocupação do solo, os desequilíbrios do espaço económico, as especificidades das áreas culturais fazem do problema regional uma realidade. Sente-se assim necessidade de descobrir ou redescobrir uma entidade que não se identifica com o território nacional: a região. (FRÉMONT, 1980, p.12)

Ou seja, a região como instrumento político pode, ao mesmo tempo, expressar a crise dos agentes dominantes de uma área delimitada, ou expor características produtivas, culturais e políticas concretas que se diferenciam do contexto nacional, por exemplo, no que se refere às políticas públicas de um modo geral.

Em uma primeira análise, o IDESE do COREDE Serra serviria positivamente para estabelecer comparativos entre as diferentes regiões do Rio Grande do Sul e definir quais delas necessitariam de mais ou menos investimentos. Todavia, esse aparente desenvolvimento homogêneo não permite uma real visualização de desigualdades internas existentes mesmo em se tratando de uma região estatisticamente desenvolvida.

Frémont (1980) questiona o aspecto excessivamente quantificável das análises regionais da seguinte forma:

Mas se estes trabalhos já nada deixam ignorar dos modelos urbanos, dos lugares centrais, das redes e hierarquias, da repartição das matérias, das formas e dos homens, bem como das suas múltiplas inter-relações, a reconstrução de um tal espaço em bases estritamente económicas ou demográficas não permite captar na realidade a totalidade das relações que unem os homens aos lugares. Demasiado objectiva e demasiado redutora, a região da economia, tal como a região administrativa ou a região natural, não permite delimitar corretamente o espaço dos homens. (p.15-16)

Por entender que o homem não é um objeto neutro no interior da região é que propus o paralelo entre duas abordagens diferenciadas da questão regional, a administrativa representada pelos COREDEs e a estabelecida e consagrada pelos habitantes de Nova Pádua.

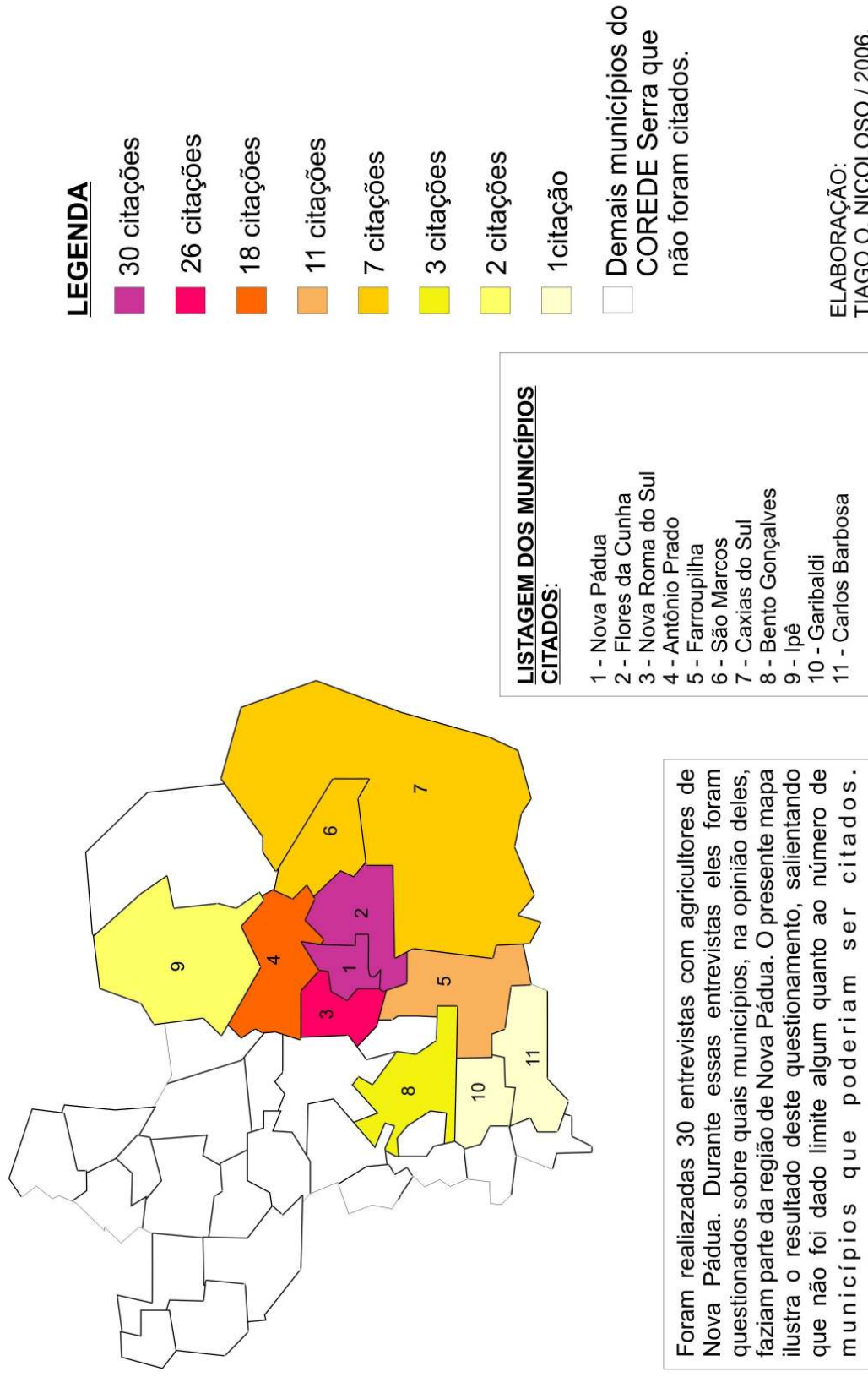
Dessa forma, penso a região como um espaço vivido onde seus agentes projetam significados que transformam um determinado espaço e, conseqüentemente, transformam a eles mesmos. Esses significados, portanto, são os elementos que possibilitam que os lugares se tornem únicos, singulares, específicos, diante de um processo de mundialização.

É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de

um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades. (SANTOS, 1991, p.47)

Para melhor exemplificar a proposta de regionalização a partir da idéia de espaço vivido foram levantadas informações, durante o trabalho de campo, referentes à visualização que os entrevistados tinham sobre o contexto regional no qual Nova Pádua estava inserida, bem como dos motivos que os levaram a fazer tais afirmações. Como resultado, foi possível elaborar um mapa representativo dessa região percebida, vivida, representado pela Figura 23 – *Quais municípios fazem parte da região de Nova Pádua?*

QUAIS MUNICÍPIOS FAZEM PARTE DA REGIÃO DE NOVA PÁDUA?



Para a elaboração deste mapa não foram fornecidas informações quanto ao que se esperava sobre a compreensão do conceito de região, nem opções para serem aceitas ou recusadas. A pergunta formulada solicitava a listagem de quais os municípios que faziam parte da região onde Nova Pádua estava inserida e o porquê de tais escolhas.

O resultado foi no mínimo intrigante, pois levando em consideração as teorias que abordam temas como centralidade, redes e seus nós, zonas de influência, horizontalidades e verticalidades, pólos regionais, etc., seria de se esperar que a cidade de Caxias do Sul fosse a mais lembrada, principalmente, considerada a mais importante.

No entanto, o município de Flores da Cunha surgiu como o centro dessa região particular.

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a escolher este município como sendo o mais importante, o principal, as respostas foram unânimes: a afetividade.

Diante de um cenário onde são supervalorizados os dados estatísticos para a definição de índices e projetos de desenvolvimento regional, como mensurar a afetividade?

Na realidade, a problemática se coloca na medida em que lidamos com níveis significativamente elevados de subjetividades. No entanto, esse modo particular de ver as coisas e de estabelecer reações sobre elas é que dão a importância particular da aplicação do já mencionado conceito de *ethos* camponês, principalmente quando compartilhado pelo grupo em estudo.

Sendo assim, a relevância dessa afetividade declarada está no fato de possibilitar uma análise mais direcionada sobre o conjunto dos elementos que compõem as dinâmicas de ocupação e uso do solo, de organização social e política e de circulação de pessoas, idéias e mercadorias. E como resultado concreto da articulação desses elementos os habitantes de Nova Pádua elaboraram e consolidaram a região representada pela Figura 23.

A representação da região de Nova Pádua, como espaço vivido, aponta a valorização da percepção dos agentes envolvidos em uma pesquisa na medida em que estes apresentam uma perspectiva particular de uma situação tecnicamente consolidada. A compreensão do significado de região para esta comunidade passa por esferas de percepção que muitas vezes não recebem sua devida atenção. No

que se refere aos sistemas e meios de produção, à circulação de pessoas, idéias e mercadorias e ao uso das infra-estruturas existentes, ambas regiões (COREDE Serra e Nova Pádua) estão sobrepostas e funcionam como um todo aparentemente homogêneo. Porém, esta é uma perspectiva que dá demasiada importância aos aspectos estruturais da questão regional. Na medida em que outros elementos mais subjetivos, como a afetividade, por exemplo, são incorporados à análise de uma determinada situação, começam a se estabelecer os pontos diferenciais quanto às possibilidades de uso, de circulação e de inserção as mais diferentes esferas estruturais de uma região mais ampla e já estruturada.

Sem dúvida alguma, os entrevistados partiram do senso comum, da idéia presente na linguagem comum para definir, para delimitar a região por eles percebida, pois como bem fala Lencioni (2003):

Essa idéia de região que aparece na linguagem corrente indica recortes do espaço que os indivíduos ou grupos sociais elaboram e passam a ser reconhecidos, ou não, socialmente. Esses recortes se multiplicam à medida que a percepção do espaço de cada um se amplia, fazendo-os perceber o homogêneo e o diferente acerca do mundo. A percepção do outro está acompanhada da percepção do espaço do outro. A idéia de região se vê presente, portanto, na construção da realidade e faz parte do senso comum. (p.16-17)

Portanto a diferenciação que existe entre os membros da comunidade, mesmo dentro do COREDE Serra e que define sua identidade regional própria está centrada na percepção do seu espaço, logo, no espaço do outro.

Ao falar da *Psicanálise do Espaço*, Frémont (1980) me permitiu desenvolver um olhar bastante diferenciado e muito interessante sobre a organização do espaço e das dinâmicas a este relacionadas no caso de Nova Pádua. Afirmando aqui que não buscarei desenvolver uma análise demasiadamente aprofundada sobre tal questão. No entanto, penso que suas colocações me possibilitaram visualizar teoricamente as informações e sentimentos expostos pelos agricultores entrevistados no que se refere à questão regional.

Esta *psicanálise do espaço* aborda as relações indissociáveis entre as percepções e as pulsões, que são individuais, e a criação das formas do espaço, que é quase sempre uma obra coletiva. Nesse sentido, o autor aborda brevemente as questões relacionadas ao corpo, ao sexo e à morte de forma a permitir uma conexão muito interessante destes elementos com os mecanismos humanos que

são (re)criados cotidianamente para fins de sua reprodução individual e também social.

Ao serem questionados sobre quais municípios faziam parte da região onde se encontra Nova Pádua todos, sem exceção, prontamente citaram a cidade de Flores da Cunha. Como foi dito anteriormente, em 1992, Nova Pádua se emancipou deste município por força de uma necessidade política de desenvolvimento. No entanto, e assim fazendo a ligação com as idéias desenvolvidas por Frémont, todos, também, fizeram referência a Flores da Cunha como sendo a “cidade-mãe”. Esta “referência materna”, por sua vez, está longe de ser uma simples metáfora. Nova Pádua foi “gerida” a partir de Flores da Cunha. Mesmo depois da emancipação (ainda recente, diga-se de passagem) os vínculos afetivos ainda perduram fortemente. Os principais deslocamentos observados se dão entre os dois municípios, sobretudo, para suprir algumas necessidades tais como saúde, educação, lazer e consumo. Ou seja, Flores da Cunha assume, mesmo depois da “independência” de seu filho mais pródigo, o papel da provedora, da referência necessária quando algo de importante, ou mesmo simples, se apresenta.

É sabido que, na tradição camponesa, a terra apresenta uma representação materna bastante forte na medida em que acolhe, que nutre, que garante a vida. A família surge, então, como fruto desta fertilidade que, por intermédio do trabalho, garante sua sobrevivência e reprodução. O que pretendo dizer com isso é que toda a presença simbólica de um ciclo de vida, e suas ações correlacionadas estão presentes no cotidiano dos indivíduos, das famílias e se projetam para a construção coletiva de uma identidade regional particular. E, dessa forma, Flores da Cunha se apresenta como o principal centro de influência para a comunidade paduense, embora não seja nem o maior, nem o mais importante município da região administrativa definida pelo Estado.

Um dos elementos concretos que favorece esta conexão é a malha rodoviária. Em decorrência de características topográficas, que apresentam condições inapropriadas para a navegação, os rios que servem a região não são utilizados para o escoamento da produção do município.

Para suprir esta necessidade, a malha rodoviária é a única alternativa disponível aos produtores. Esta, por sua vez, apresenta condições razoáveis de tráfego abrangendo todos os travessões, ou localidades, e assumindo suas múltiplas funções de circulação.

A principal via de acesso à cidade é uma estrada vicinal que liga a mesma ao município de Flores da Cunha. É por esta estrada que se dá o principal fluxo de pessoas e de mercadorias, sendo a mesma o principal elo de ligação de Nova Pádua com o contexto da infra-estrutura regional.

Existe uma outra alternativa, porém, utilizada apenas para um fluxo reduzido de pessoas e de carga. Esta alternativa é a travessia do Rio das Antas através de uma balsa que liga as duas margens por meio de um cabo de aço, utilizando a força humana para o seu deslocamento. Esta travessia liga Nova Pádua ao município de Nova Roma do Sul e apresenta uma dependência total das condições meteorológicas visto que em períodos de cheia, o trânsito fica totalmente impossibilitado.

Sendo assim, o reconhecimento e a consolidação de uma condição regional específica possibilita analisar os motivos que levam à configuração de tal situação.

O trabalho de campo foi de vital importância para o fortalecimento dessa análise uma vez que a simples avaliação das estatísticas apresentadas para o contexto do COREDE Serra não permitiriam que tal conclusão fosse feita, pelo menos de uma forma mais direta.

Quando propus um paralelo entre estas duas dimensões regionais estava ciente da dificuldade de comparação de elementos claramente diferenciados. No entanto, o que me deu uma motivação maior em estabelecer tal proposição foi o fato de verificar que Nova Pádua embora integrante da definição regional administrativa proposta pelo estado apresenta uma autonomia significativa e que merecia ser analisada.

O que ficou claro é que a centralidade teoricamente exercida por Caxias do Sul não se configura, no caso de Nova Pádua, como uma força capaz de determinar sua dinâmica produtiva, política e social. E nesse sentido é que pude constatar que os saberes tradicionais e modo de vida camponês foram os elementos que definiram esta diferenciação, sobretudo quando a autonomia tipicamente camponesa é redimensionada a ponto de estabelecer, por exemplo, conexões comerciais que não estão necessariamente integradas ao contexto regional administrativo.

A questão regional pode, portanto, se configurar como um elemento não só de análise, mas também de representação de realidades diferenciadas espacialmente que buscam no seu interior os mecanismos de auto-reconhecimento,

de reprodução e de desenvolvimento com graus particularmente definidos de autonomia.

No caso de Nova Pádua, o que confere esta condição regional própria está baseado em símbolos que estão presentes na forma de conviver, na forma de trabalhar, na forma de produzir e na forma de se reconhecer como um diferente sim, mas que vem a contribuir de forma significativa, mesmo que pontualmente, para a compreensão da diversidade do atual contexto agrário brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivado pelos debates fervorosos que envolvem a temática camponesa no âmbito da Geografia Agrária, optei por escolher um objeto estudo que me permitisse abordar a questão por uma perspectiva diferenciada. Ao eleger Nova Pádua como estudo de caso acreditava, e ainda acredito, que a inserção no mercado não é por si só um elemento suficientemente forte para descaracterizar sua condição camponesa.

Para sustentar tal afirmativa, foi fundamental buscar na história de formação dessa comunidade, nos valores que condicionaram sua relação com a terra, com o trabalho e com a família, os elementos que permitiram a consolidação de uma situação particular mesmo que integrada a contextos externos dominantes. Ou seja, buscar nos saberes tradicionais e no modo de vida camponês os elementos necessários à compreensão de uma nova forma de organização camponesa a partir do exemplo de Nova Pádua.

Dessa forma, o método empírico, a construção coletiva dos caminhos a serem trilhados e a aproximação pessoal através de atributos de ordem cultural é que me permitiram conduzir este trabalho.

O resgate de alguns fatos relevantes da história dessa comunidade foi de vital importância para que eu pudesse compreender melhor os motivos que levaram esses imigrantes a saírem da Itália, o que eles esperavam da Nova Pátria e, o mais importante, que valores e referências eles trouxeram para o Brasil.

Dessa forma, no caso do Rio Grande do Sul, a história da imigração européia associada às novas configurações políticas introduzidas pela Lei de Terras foram fatores indispensáveis para a compreensão da formação de parte significativa do campesinato gaúcho. Principalmente porque o conjunto desses imigrantes italianos que chegaram na Província do Rio Grande do Sul entre 1875 e 1880 era formado por grupos familiares de camponeses provenientes do norte da Itália, com grandes expectativas de se tornarem proprietários de lotes maiores, onde poderiam viver com mais liberdade e com uma possibilidade de abundância muito maior.

As terras a serem exploradas na borda superior do Planalto Meridional, impuseram a esses colonos uma dificuldade de acesso, o que acabou por se tornar um importante elemento para o desenvolvimento de relações nucleadas baseadas no convívio com a família, com os vizinhos e com a religião.

Sendo assim, as comunidades de igrejas exerceram um papel de fundamental importância na organização social, econômica e política dos imigrantes italianos. Elas funcionavam, e ainda funcionam, como associações comunitárias de bairros. Estas comunidades tinham nas Capelas o espaço necessário para suas atividades. A religião foi um elemento significativo para o desenvolvimento das atividades comerciais locais, uma vez que os colonos tinham nas Capelas das Comunidades de Igreja, a articulação e a representação espacial dos elementos de ordem cultural, política e econômica que comandavam a sua vida individual e comunitária.

No que se refere aos sistemas tradicionais de produção a análise de Waibel apresentou uma série de elementos que apontavam para a fragilidade do sistema agrícola utilizado por esses colonos. Sem dúvida alguma, tanto alemães como italianos se valeram dessa prática para garantir a reprodução de suas comunidades. Todavia, as mudanças políticas e econômicas posteriores à análise feita por Waibel permitiram que muitas dessas comunidades passassem por um processo de adequação às novas tendências tecnológicas e mercadológicas, possibilitando, assim, que um cenário de desenvolvimento antes inimaginável se concretizasse. No caso de Nova Pádua, sua emancipação referendou todo esse processo de transformações e de desenvolvimento.

Consolidado este cenário, a análise da questão camponesa em Nova Pádua se fez necessária. Principalmente, se abordada pela perspectiva dos próprios agricultores envolvidos neste trabalho. Foi interessante observar que 67% dos proprietários se reconheciam como agricultores familiares pelo simples fato de desenvolverem a agricultura em suas propriedades e de utilizarem para esse fim prioritariamente a força de trabalho de todos ou de boa parte dos membros da família.

A imagem distorcida do colono se refletiu nesta análise, pois somente 23% dos entrevistados se reconheceram como tal. Já as pessoas que se disseram agricultores familiares e colonos (7%), representam um pequeno grupo que provavelmente se encontra em uma fase de transição. Transição esta, pelo fato de já se sentirem integrados a um nível mais elevado de desenvolvimento pessoal e produtivo que a “categoria” de agricultor familiar representa para eles. Nesta categoria não se sentem desligados dos vínculos históricos e culturais de seu passado de descobertas, de desafios e de reconstrução.

Por outro lado, ser agricultor familiar para os paduenses entrevistados significa ter superado os obstáculos iniciais da colonização e ter, hoje, as condições necessárias para produzir e proporcionar à família uma condição de vida antes inimaginada.

Muitos optaram por se autodenominar agricultores familiares pelo simples fato de não querer relacionar o seu trabalho e a sua atual condição financeira e social com a imagem negativa que os outros, e conseqüentemente eles também, têm sobre o “ser colono”, embora as referências coloniais estejam presentes e sendo utilizada ainda hoje por eles.

O que se evidenciou neste trabalho é que o auto-reconhecimento em uma condição camponesa não faz parte do cotidiano dos agricultores de Nova Pádua, sobretudo, porque o entendimento que os paduenses têm sobre o “ser camponês” está diretamente vinculado a elementos de ordem morfológica e produtiva. Dessa forma, para eles o camponês é aquele que trabalha no campo (terras planas) e que principalmente cria gado.

Todavia, mesmo que não tenha se verificado o reconhecimento de uma condição camponesa em Nova Pádua, é pertinente destacar a idéia do *ethos* camponês (característica, estilo, marca, modo de ser) como um dos elementos fundamentais na análise e na compreensão deste estudo.

Ou seja, a formação histórica de um determinado grupo, bem como suas formas de interação e de convívio, suas condições ambientais, materiais e culturais de reprodução e, principalmente, sua capacidade coletiva de responder a mudanças sem que com isso haja um comprometimento total de suas bases culturais, é que permite trabalhar com uma perspectiva de campesinato mesmo que não haja um reconhecimento do mesmo junto à comunidade em questão.

Tal situação se torna mais evidente quando se verifica que existe uma compreensão bastante consolidada de que a terra, o trabalho e a família são elementos indissociáveis por fazer parte do seu cotidiano e de sua história, ficando, dessa forma, clara sua importância para a compreensão teórica de sua condição camponesa.

O que pretendo afirmar é que considero perfeitamente possível a existência de um modo de vida camponês associado ao mercado, visto que a simples adequação dos meios de produção às novas tecnologias existentes não são suficientes para que haja uma alteração significativa na sua essência, naquilo que o

move como indivíduo e como membro de um grupo que compartilha os mesmos significados de existência e de reprodução.

Por outro lado, é impossível negar que esta co-existência tenha gerado mudanças significativas na composição dessas famílias. A mecanização substituiu em parte a necessidade de uma família numerosa. Por outro lado, o cumprimento de dívidas contraídas, associado a uma diversificação produtiva e a uma redução do número de membros da família fez com que o trabalho exercido por esses produtores se intensificasse e se distribuísse de forma relativamente homogênea ao longo do ano conforme os diferentes períodos de plantio, de tratamento e de colheita das mais variadas culturas.

Diante deste quadro se sobressai a parceria entre o conjunto dos produtores com a presença da administração municipal na solução de muitos problemas que afetariam a dinâmica produtiva de cada agricultor individualmente como também a própria economia do município. Mas o que torna tudo isso possível é o cotidiano vivido e baseado em sólidas relações de vizinhança, de comunidade. Nesse caso, a denominada “troca de dias” surge como uma indiscutível prática característica do campesinato: a solidariedade.

Mas o trabalho também está no centro de outra situação. A influência causada pelo modo de vida urbano, sobretudo sobre os jovens, faz com que uma parcela deles questione a intensidade e o tempo dedicados pelos pais ao trabalho na colônia. A não valorização dada ao trabalho do agricultor na cidade faz com que o jovem repense sua participação no cotidiano da família, mas por outro lado, cria as condições necessárias para que os pais e os vizinhos resgatem toda a história de lutas da comunidade e sua vocação para o trabalho, se configurando, assim, como um elemento de pressão sobre a decisão que o jovem irá tomar.

A contratação de mão-de-obra temporária diante desse quadro se torna indispensável. No entanto, a incerteza e o zelo pela segurança e bem-estar da família diante de problemas enfrentados com os contratados fazem com que hábitos tradicionais, como a troca de dias, se apresentem mais fortes e ressignificados.

Estas relações de vizinhança são elementos que expõem a importância da atividade camponesa como além da meramente produtiva. Se por um lado, a estrutura fundiária pode representar um fator restritivo na relação terra – trabalho – produção, por outro, os elementos de ordem cultural redimensionam a lógica

capitalista e dão ao modo de vida camponês a importância para demonstrar uma ressignificação na valorização da terra, do trabalho e da família.

A rotação de culturas, por exemplo, associada à diversificação da produção permite que hoje os descendentes dos primeiros italianos que ocuparam a região não passem pelas mesmas privações que seus ancestrais, como bem teorizou Waibel.

O resgate contínuo da tradição apoiado por uma distribuição espacial das propriedades favorece o fortalecimento de relações de amizade, de vizinhança e resulta em um quadro cuja incorporação de tecnologias ao processo produtivo não interfere de forma significativa na essência do fator que mantém elementos antagônicos em uma certa harmonia: o modo de vida camponês.

Pensar a questão produtiva significa articular os elementos de análise que permitam compreender e até mesmo visualizar sua importância como estratégia de desenvolvimento socioeconômico, sua articulação e dinâmica espacial e sua importância na manutenção e na reprodução da identidade de uma determinada comunidade.

A integração cada vez mais ampla com os diferentes elementos da cadeia produtiva ligados a setores industriais, impõe ao produtor uma posição de administrador para além do seu estabelecimento, de conhecimento do mercado, e de associação com seus pares na defesa de seus interesses comuns.

Não há a menor dúvida de que, nesse caso, a conjuntura atual efetivamente exerce uma grande influência sobre a agricultura camponesa.

Portanto, a geração de capital quando dissociada de uma valorização dos saberes locais, das características culturais de um determinado grupo e das condições ambientais do espaço onde os mesmos vivem, trabalham e se reproduzem culturalmente, não é suficiente para a geração de desenvolvimento socioeconômico.

Na agricultura camponesa, a diversificação da produção garante um elevado potencial produtivo em terras cuja dimensão, teoricamente, não o permitiria.

Além disso, esta forma de uso da terra possibilita uma significativa capacidade de autonomia econômica e política, e que se reflete na qualidade de vida destes produtores bem como na sua facilidade de acesso aos meios técnicos e aos bens de consumo.

Por outro lado, a atividade produtiva de Nova Pádua, principalmente representada pela uva, pelo alho, pelas frutas e pelo leite, demonstra uma integração e uma articulação com outros mercados regionais que colocam em questionamento a sentença de que a dimensão da propriedade é fator primordial para o sucesso econômico e social de um agricultor e de sua família.

Para tanto, a existência e a manutenção de uma condição produtiva bastante favorável exige que a mesma esteja integrada a uma estrutura que permita a circulação de pessoas, de informações e de mercadorias.

A articulação econômica de Nova Pádua não seria possível sem a presença já consolidada das infra-estruturas regionais garantidas pelas atividades econômicas e políticas desenvolvidas, anteriormente à sua emancipação, pelos municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi e Flores da Cunha, importantes centros econômicos que integram a denominação regional utilizada pelo governo estadual, o COREDE Serra.

Por outro lado, pensar na importância da questão produtiva como fator de manutenção e de reprodução da identidade de uma determinada comunidade significa, antes de tudo, analisar a sua força simbólica como meio de apropriação e transformação do espaço.

Ficou claro a partir do exemplo de Nova Pádua que o uso cada vez maior de novas tecnologias não representa necessariamente um abandono generalizado dos saberes tradicionais. Mas sim que os novos meios técnicos de produção estão servindo simplesmente para qualificar tais saberes.

E isso se manifesta, por exemplo, através da paisagem. Se por um lado, as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza se configuram em um sistema material, por outro, as concepções culturais que motivam a materialização das idéias, quando analisadas de forma associada, permitem que a noção de paisagem se torne mais completa.

Nesse sentido, ao pensar a questão produtiva como importante fator de desenvolvimento socioeconômico é fundamental que seja levado em conta todo o contexto que envolve os agentes desse processo, os meios disponíveis para sua reprodução cultural e econômica e os espaços disponíveis e co-relacionados que são apropriados e que servem de base para sua dinamização em sentido mais amplo.

Sendo assim, a questão regional serve para referendar o resultado de todo o conjunto de saberes, de ações e de valores que associados de múltiplas formas permitiu à Nova Pádua estabelecer um nível de desenvolvimento socioeconômico bastante positivo. Em sua história, a localização das colônias na porção média e superior do Planalto Meridional impôs uma nova dinâmica de circulação de pessoas, de idéias e de mercadorias que, associada a um conjunto de fatores de ordem cultural, consolidou uma marca, uma identidade diretamente relacionada a esta porção particular do espaço.

E hoje, essa porção particular do espaço é um espaço vivido onde seus agentes projetam significados que o transformam e, conseqüentemente, transformam a eles mesmos. Esses significados, portanto, são os elementos que possibilitam que os lugares se tornem únicos, singulares, específicos, diante de um processo de mundialização.

O que reflete essa projeção de significados no espaço é a presença central do município de Flores da Cunha no espaço vivido dos habitantes de Nova Pádua.

Ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a escolher este município como sendo o mais importante, o principal, as respostas foram unânimes: a afetividade.

Ou seja, a representação da região de Nova Pádua, como espaço vivido, aponta a valorização da percepção dos agentes envolvidos neste estudo na medida em que estes apresentam uma perspectiva particular de uma situação tecnicamente consolidada. A compreensão do significado de região para esta comunidade passa por esferas de percepção que muitas vezes não recebem sua devida atenção. No que se refere aos sistemas e meios de produção, à circulação de pessoas, de idéias e de mercadorias e ao uso das infra-estruturas existentes, ambas regiões (COREDE Serra e Nova Pádua) estão sobrepostas e funcionam como um todo aparentemente homogêneo. Porém, esta é uma perspectiva que dá demasiada importância aos aspectos estruturais da questão regional. Na medida em que outros elementos mais subjetivos, como a afetividade, por exemplo, são incorporados à análise começam a se estabelecer os pontos diferenciais quanto às possibilidades de uso, de circulação e de inserção mais ampla na região.

É sabido que, na tradição camponesa, a terra apresenta uma representação materna bastante forte na medida em que acolhe, que nutre, que garante a vida. A

família surge, então, como fruto desta fertilidade que, por intermédio do trabalho, garante sua sobrevivência e reprodução.

O que ficou claro é que a centralidade teoricamente exercida por Caxias do Sul não se configura, no caso de Nova Pádua, como uma força capaz de determinar sua dinâmica produtiva, política e social. E nesse sentido é que pude constatar que os saberes tradicionais e modo de vida camponês foram os elementos que definiram esta diferenciação, sobretudo quando a autonomia tipicamente camponesa é redimensionada a ponto de estabelecer, por exemplo, conexões comerciais que não estão necessariamente integradas ao contexto regional administrativo.

Se para uns a agricultura familiar ou camponesa apresenta condições limitadas de articulação política e, sobretudo, econômica, limitando seus raios de influência e atuação apenas à escala local e/ou regional, o município de Nova Pádua se apresenta como um exemplo de que as coisas podem ser diferentes. Diferentes desde que estejamos abertos a reconhecer a força e a importância da agricultura camponesa para a diversificação produtiva, para a fixação de população no campo e, principalmente, para a valorização e reprodução dos saberes tradicionais como instrumento para uma concreta proposta de desenvolvimento socioeconômico.

No caso de Nova Pádua, o que confere esta condição regional própria está baseado em símbolos que estão presentes na forma de conviver, na forma de trabalhar, na forma de produzir e na forma de se reconhecer como um diferente sim, mas que vem a contribuir de forma significativa, mesmo que pontualmente, para a compreensão da diversidade do atual contexto agrário brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ANDRADE, M. C. de **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra – 3ªed. 2002.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2.ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ESTATUTO DA TERRA. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira - 15 ed. Atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 2000.

ETGES, V. E. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRÉMONT, A. **A Região, Espaço Vivido**, Livraria Almeida, Coimbra:1980.

GIRON, L. S. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GALIOTO, A. **Nova Pádua e Sua História**. Caxias do Sul: Ed. do Autor, 1992.

GANCHO, C. V.; LOPES, H. de Q. F. e TOLEDO, V. V. de – **A Posse da Terra**. Série Princípios – São Paulo: Editora Ática, 1991.

HERÉDIA, V. B. M. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **A era do capital. 1848-1875**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 214p.

MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G. e MENEGOTTO, R. **Cenário gaúcho**. Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NICOLOSO, T. O. **As relações econômicas, de trabalho e de produção, frente à realidade socioespacial do município de Nova Pádua/RS**. Porto Alegre : IGeo/UFRGS, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso.

PELLANDA, E. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1950.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, Editora Hucitec, 2ªed. São Paulo: 1991.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SODRÉ, N. W. **Evolução social e econômica do Brasil**. Síntese Universitária – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEIXEIRA, S. A. **Os recados das festas: representações e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

TOLEDO, V. M. Agroecologia, sustentabilidad y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, v.3, nº2, abr/jun 2002.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2 ed. Coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, J. C. (org.) Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

CONSULTAS À INTERNET:

BENJAMIN, C. **A questão agrária no Brasil: das sesmarias ao agronegócio**, disponível em: <<http://www.fisenge.org.br/cnp.asp>>. Acesso em 01/03/2005.

Fundação de Economia e Estatística - FEE, disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>. Acesso em 23/05/2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 14/11/2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. C. de **Lutas camponesas no nordeste**. Série Princípios – São Paulo: Editora Ática, 1986.

ANDRADE, M. C. de **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Editora HUCITEC – IPESPE, 1995.

Boletim Gaúcho de Geografia / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, vol 28, nº 1, 2002.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis - Ijuí: Vozes – FIDENE, 1988.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e Geografia**. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

RUA, J. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. In: **Revista da ANPEGE**, ano 2, n. 2, Fortaleza-CE, 2005.

CONSULTA COMPLEMENTAR À INTERNET:

Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, disponível em:
<<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>> . Acesso em 14/06/2006.

APÊNDICE A

Tabelas adicionais sobre o levantamento da produção anual de Nova Pádua no período de 1993 / 2001.

TABELA 8 – Levantamento da produção anual de Cebola

CEBOLA			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	90	165	1.427
1994	75	165	1.575
1995	140	165	3.080
1996	150	186	3.520
1997	160	235	3.520
1998	195	218	4.875
1999	165	211	4.125
2000	150	216	4.050
2001	170	221	5.100

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

TABELA 9 – Levantamento da produção anual de Tomate

TOMATE			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	12	42	470
1994	10	42	500
1995	13	42	910
1996	17	45	1.020
1997	17	42	1.030
1998	22	42	1.870
1999	21	44	1.470
2000	15	34	1.425
2001	15	34	1.050

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

TABELA 10 – Levantamento da produção anual de Pimentão

PIMENTÃO			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	15	30	195
1994	13	30	299
1995	15	30	360
1996	18	38	432
1997	26	33	387
1998	27	45	702
1999	18	36	522
2000	19	42	551
2001	21	42	551

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

TABELA 11 – Levantamento da produção anual de Chuchu

CHUCHU			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	10	14	600
1997	10	14	600
1998	21	17	1.365
1999	21	17	1.260
2000	22	16	1.738
2001	22	16	1.430

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

TABELA 12 – Levantamento da produção anual de Ameixa

AMEIXA			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	20	45	258
1994	18	45	252
1995	23	45	322
1996	24	45	360
1997	27	42	405
1998	38	75	608
1999	39,5	75	560
2000	39	54	546
2001	27	38	202

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

TABELA 13 – Levantamento da produção anual de Caqui

CAQUI			
Ano	Área (ha)	Produtores	Toneladas
1993	-	-	-
1994	15	22	270
1995	15	17	270
1996	19	21	342
1997	30	35	396
1998	36	42	260
1999	43	37	412
2000	51	37	772
2001	51	37	612

Fonte: EMATER/RS – Nova Pádua

APÊNDICE B

Questionário utilizado como norteador das entrevistas realizadas com os agricultores de Nova Pádua.

DADOS PESSOAIS	
Nome do entrevistado(a):	
Idade:	
Escolaridade:	
Estado civil:	
Número de filhos:	
Idade dos filhos:	
Todos estudam?	
Onde? Particular ou pública?	
Em quantos irmãos vocês são?	
Todos trabalham ou trabalhavam com agricultura?	
Vocês sempre moraram em Nova Pádua? Quantos anos e quantas gerações?	
DADOS SOBRE A PROPRIEDADE	
Qual o tamanho da propriedade? Quantos ha são produtivos? Quais os tipos de cultivos? Que outras atividades vocês tem na propriedade? Dedicam-se apenas à agricultura?	
Esta terra foi comprada ou foi herança de família? De que forma tu tiveste acesso à ela?	
É importante ser dono da terra? Por que?	
Esta quantidade de terra é suficiente para produzir e sustentar a sua família?	

DADOS SOBRE O TRABALHO	
As mulheres da casa trabalham na produção?	
As pessoas da família trabalham da mesma forma nas mesmas atividades?	
São contratadas outras pessoas para o trabalho?	
Esta contratação é por tempo integral ou só em determinadas épocas da produção?	
Estas pessoas são desta região ou de fora? De onde?	
Como vocês fazem a seleção destas pessoas para trabalharem?	
Como elas chegam á Nova Pádua? Vocês fazem contrato de trabalho? De que tipo?	
Vocês preferem homens ou mulheres para o trabalho? Por que?	
Qual a forma de pagamento?	
Onde estas pessoas são instaladas aqui em Nova Pádua?	
DADOS SOBRE A FAMÍLIA	
Qual a relação da família com o trabalho, com a produção?	
O trabalho da mulher é importante na produção?	
O que esperam para o futuro dos filhos? E qual a expectativa dos seus filhos em relação ao futuro?	
Qualquer família que desenvolvesse o mesmo tipo de trabalho de na terra, cresceria também?	

DADOS SOBRE O CONTEXTO REGIONAL E O MERCADO	
Quais os municípios que fazem parte da Região onde se encontra Nova Pádua?	
Qual a principal cidade dessa Região? Por que considera como a mais importante?	
O fato de Nova Pádua estar perto de Caxias do Sul tem alguma influencia nos negócios de vocês?	
Nova Pádua teria condições de se desenvolver sozinha sem a “interferência” ou a influência de Caxias, por exemplo?	
Qual o destino da sua produção?	
Existe algum tipo de cuidado especial com a produção? Qual seria?	
Vocês acham importante saber sobre os preços no mercado? Por que? Considera importante procurar melhorar a qualidade de sua produção? O que é feito para isso?	
Em relação à agroindústria, é vantajoso trabalhar dessa forma? Por que?	
É possível fazer uma relação da agricultura com a tecnologia? Como?	
É possível produzir com qualidade sem utilizar tecnologia?	
AGRICULTURA FAMILIAR, CAMPESINATO E COLONATO	
Vocês se consideram um colono, um camponês ou um agricultor familiar? Existe alguma diferença? Qual?	
Vocês se consideram agricultores/produtores ou empresários? Por que?	
O fato de ser de origem italiana faz alguma diferença na sua atividade? Por que?	

Os filhos de vocês continuarão com a atividade produtiva que vocês desenvolvem?	
O estudo possa afastar teu(s) filho(s) do trabalho na terra? Como? De que forma?	
É importante para vocês a relação com os vizinhos, com a comunidade? Por que?	
Esta relação com os vizinhos é importante para o desenvolvimento de sua produção, de seu trabalho?	
Se tivesse que estabelecer uma ordem de prioridade entre terra, trabalho e família, qual seria esta ordem?	